

**UNIVERSIDADE NOVE DE JULHO  
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO  
GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE**

JULIANA FURLANETO BENCHIMOL

**PRAÇAS PÚBLICAS: ASPECTOS DA GESTÃO E MAPEAMENTO DESSES  
ESPAÇOS NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, SP**

**São Paulo**

**2015**

**Juliana Furlaneto Benchimol**

**PRAÇAS PÚBLICAS: ASPECTOS DA GESTÃO E MAPEAMENTO DESSES  
ESPAÇOS NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, SP**

**PUBLIC SQUARES: MANAGEMENT ASPECTS AND MAPPING OF THESE  
AREAS IN THE CITY OF SÃO PAULO, SP**

Documento apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Nove de Julho – UNINOVE, como requisito para obtenção do grau de **Mestre** em Gestão Ambiental e Sustentabilidade.

**ORIENTADOR: PROF. DR. ANA PAULA DO  
NASCIMENTO LAMANO FERREIRA**

**São Paulo**

2015

***Benchimol, Juliana Furlaneto.***

***Praças públicas: aspectos da gestão e mapeamento desses espaços no município de São Paulo, SP. / Juliana Furlaneto Benchimol. 2015***

***61 f.***

***Dissertação (mestrado) – Universidade Nove de Julho - UNINOVE, São Paulo, 2015.***

***Orientador (a): Profa. Dra. Ana Paula do Nascimento Lamano Ferreira.***

***1. Administração pública. 2. Praças. 3. Áreas verdes. 4. Planejamento***

**PRAÇAS PÚBLICAS: ASPECTOS DA GESTÃO E MAPEAMENTO DESSES  
ESPAÇOS NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, SP**

**Por**

**Juliana Furlaneto Benchimol**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Nove de Julho – UNINOVE, como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre** em Gestão Ambiental e Sustentabilidade, apresentada à Banca Examinadora formada por:

---

Profa. Dra. Paula Freire Santoro – Universidade de São Paulo – USP

---

Profa. Dra. Kátia Canil – Universidade Federal do ABC – UFABC

---

Profa. Dra. Ana Paula do Nascimento Lamano Ferreira – Universidade Nove de Julho – UNINOVE

---

Profa. Dra. Tatiana Tucunduva Philippi Cortese – Universidade Nove de Julho – UNINOVE

---

Profa. Dra. Heidy Rodriguez Ramos – Universidade Nove de Julho – UNINOVE

São Paulo, 06 de fevereiro de 2015.

*Ao Samuel Leão Benchimol*  
*Neto (saudades sempre), minha maior fonte de inspiração pela sua grandeza de espírito e*  
*sabedoria que, para sempre, emanam em meu coração.*

## AGRADECIMENTO

À minha orientadora Profa. Dra Ana Paula do Nascimento Lamano Ferreira, por sua paciência e pelos ensinamentos ao longo da elaboração desta dissertação.

Aos professores membros da Comissão Julgadora de Qualificação e de Defesa de Mestrado, pelas valiosas contribuições na construção e revisão do presente trabalho.

Aos profissionais selecionados que aceitaram participar desta pesquisa, concedendo entrevistas, pela boa vontade e pela oportunidade de compartilhar experiências. Em especial, ao Rafael Golin Galvão, pela confiança depositada neste trabalho e pelas importantes contribuições.

Dedico esta, bem como todas as minhas demais conquistas, aos meus amados pais Marilena Furlaneto Benchimol e Samuel Leão Benchimol Neto, e meu irmão Lucas Furlaneto Benchimol, meus maiores presentes.

Ao meu marido amado, Emiliano Graziano, e enteados, Arthur e Felipe Graziano, que, com muito carinho e apoio, não mediram esforços para que eu cumprisse esta importante etapa de minha vida. Obrigada pelo carinho, paciência e pela capacidade de me trazerem paz na correria de cada dia.

Às amigas Veronica Beer, Juliana Vilela e Daniella Brochado, que mesmo à distância me apoiaram e me fortaleceram para o cumprimento desta etapa tão importante, minha gratidão e meu carinho.

À amiga e parceira de trabalho, Taísa Caires, pelo incentivo e pelo apoio constantes.

À amiga Vera Landioso, pela sensibilidade e pela enorme ajuda.

Aos professores do GeAS, da Uninove, aos colegas Giselle Orcioli, Fernanda J.B. Campos, Kelly Oliveira, Richard Boassi, Newton Rocha, Veronica Nadruz e aos demais com quem convivi na universidade ao longo deste período.

Ao colega Alexandre Carneiro, pelo apoio sempre e pelas valiosas contribuições à realização deste trabalho.

À todos aqueles que de alguma forma estiveram e estão próximos de mim, fazendo esta vida valer cada vez mais a pena.

## RESUMO

A presença de áreas verdes nas cidades proporciona muitos benefícios tanto para a população quanto para o meio ambiente. Estudos sobre praças contribuem para a gestão pública e sustentabilidade urbana, uma vez que estas áreas exercem importante papel socioambiental. Por meio de entrevistas com gestores públicos e análise dos resultados utilizando-se o método do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), objetivou-se neste trabalho elucidar a função e aspectos da gestão de praças do município de São Paulo na visão das autoridades públicas. Essa pesquisa revela a necessidade de que, embora a gestão das praças da cidade de São Paulo seja atribuição das distintas subprefeituras que compõe a prefeitura municipal, os dados referentes às praças paulistanas sejam divulgados e analisados de modo centralizado com vistas a promover uma gestão mais eficiente e orientar a criação de novos espaços dessa natureza, principalmente, nas regiões que se revelam mais carentes. Não há indícios de que existe planejamento, organização, direção e controle (modelo de gestão) de praças em São Paulo. A atuação dos órgãos públicos nas praças é operacional. A descentralização na gestão desses espaços públicos, portanto, por um lado é positiva, pois dá autonomia e agilidade às subprefeituras na implementação, mas por outro dificulta, pois dependem de planejamento e controle de recursos provindos de outras instâncias municipais, que não se envolvem diretamente. Um dos desafios apontados, portanto, é a implementação de um sistema de gestão para dar funcionalidade a estes elementos integradores – as praças, depois de completada a fase de implantação do Sistema de Áreas Verdes (SAV), já iniciado. Um aspecto evidenciado neste trabalho é a necessidade de um inventário, ainda inexistente, de áreas verdes urbanas, para que, a partir daí, crie-se um processo administrativo condizente com a realidade de cada sub região. Os resultados aqui apresentados mostram que as praças exercem, essencialmente, uma função social. Ainda não há consenso atualmente a respeito do papel ambiental que as praças podem exercer, apesar dos profissionais muito qualificados para gerir essas áreas como tal.

**Palavras chave:** Administração pública, Praças, Áreas verdes, Planejamento urbano, Desenvolvimento sustentável.

## ABSTRACT

The presence of green areas in cities provides many benefits to both the population and the environment. Studies about public squares contribute to public management and urban sustainability, since these areas play an important social and environmental role. Through interviews with public officials and analysis of the results using the Collective Subject Discourse (CSD) method, the aim of this work was to elucidate the function and management aspects of São Paulo's squares in the view of public authorities. This research reveals the need for, although the management of the squares of the city of São Paulo is under the responsibility of separate boroughs that make up the city government, the data on São Paulo squares must be disclosed and analyzed centrally in order to promote a more efficient management and guide the creation of new spaces of this nature, especially in the regions which are more needy. There is no evidence that there is planning, organization, direction and control (management model) of the public squares in Sao Paulo. The role of government agencies is operational. The decentralization in the management of these public spaces, in the one hand is positive as it gives autonomy and agility to boroughs in the implementation, but otherwise can make it difficult, because they depend on planning and control of resources coming from other municipal bodies, which are not involved directly. One of the challenges mentioned, therefore, is the implementation of a management system to give functionality to these integrative elements - the squares, upon completion of the deployment phase of the Green Areas System (SAV) already started. One aspect highlighted in this work is the need for an inventory, still non-existent, of urban green areas, so that, from there, create a consistent administrative process driven by the reality of each sub region. The results presented here show that the squares exert essentially a social function. There is still no consensus about the environmental role that they may exercise, despite the very qualified professionals to manage these areas as such.

**Keywords:** Public administration, squares, green spaces, urban planning, sustainable development.



## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>2. OBJETIVOS .....</b>	<b>12</b>
2.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS .....	12
<b>3. REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>13</b>
3.1 PLANEJAMENTO URBANO SUSTENTÁVEL.....	14
3.2 URBANIZAÇÃO E ÁREAS VERDES EM CIDADES BRASILEIRAS.....	16
3.2.1 Praças: áreas verdes urbanas.....	17
3.2.2 Áreas verdes urbanas e a relação com o disciplinamento e ordenamento do espaço urbano .....	19
3.3 GESTÃO PÚBLICA DE ÁREAS VERDES URBANAS .....	21
<b>4. METODOLOGIA.....</b>	<b>24</b>
4.1 ÁREA DE ESTUDO .....	24
4.2 LEVANTAMENTO DE DADOS .....	25
4.3 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS .....	27
<b>5. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS .....</b>	<b>29</b>
5.1 DISTRIBUIÇÃO DAS PRAÇAS NA CIDADE DE SÃO PAULO E SUA RELAÇÃO COM A EVOLUÇÃO DA ÁREA URBANIZADA .....	29
5.2 GESTÃO DE PRAÇAS NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO .....	37
5.3 DESAFIOS, PRÁTICAS E PROJETOS NA GESTÃO DE PRAÇAS EM SÃO PAULO .....	45
<b>6. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES .....</b>	<b>50</b>
<b>7. CONTRIBUIÇÕES PARA A PRÁTICA .....</b>	<b>52</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>53</b>
<b>APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA: GESTORES DE PRAÇAS .....</b>	<b>59</b>
<b>APÊNDICE B - UNIVERSO DE PESQUISA: RELAÇÃO DE SUBPREFEITURAS COM ABRANGÊNCIA POR REGIÃO NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. FONTE: PMSP 2014 .....</b>	<b>60</b>
<b>APÊNDICE C – MODELO DOS TERMOS DE CONSENTIMENTO CEDIDOS PELOS ENTREVISTADOS (GESTORES DE PRAÇAS).....</b>	<b>61</b>

## 1. INTRODUÇÃO

A presença de áreas verdes no contexto das cidades, principalmente nos países em desenvolvimento, é raramente considerada na gestão ou elaboração de políticas públicas (Merzthal, Mecklenburg, & Gauthier, 2009; Lindholm, 2008). No entanto, a sustentabilidade urbana também depende de intervenções políticas nos diversos níveis da administração pública para que haja a conservação desses recursos em áreas urbanas. A rápida e crescente urbanização, além da pressão global pela manutenção da qualidade e da quantidade de áreas verdes urbanas, tem gerado cada vez mais uma demanda social por esses espaços (Balooni, Gangopadhyay, & Kumar, 2014). Entende-se, portanto, que essas áreas contribuem para a sustentabilidade urbana.

Dados recentes mostram que a população urbana mundial ultrapassou a população rural em 2007 (Almada, 2010). Desta forma se aumenta, principalmente nas cidades, a sensibilização dos moradores e dos decisores políticos sobre a importância dos espaços verdes para a qualidade ambiental.

A presença de espaços verdes nas cidades proporciona muitos benefícios tanto para a população quanto para o meio ambiente, que vão desde integração, lazer e recreação (Seeland, Dübendorfer, & Hansmann, 2009) até redução da poluição e atenuantes do efeito de ilhas de calor (Miller, 1988; Balooni, Gangopadhyay, & Kumar, 2014; Tan, Wang, & Sia, 2013). Esses benefícios podem sustentar ecossistemas e melhorar a qualidade de vida urbana (Gidlow, Ellis, & Bostock, 2012). No entanto, governos municipais nos países em desenvolvimento tendem a se concentrar no crescimento econômico com investimento limitado em áreas verdes urbanas (Chen & Jim, 2008; McColl, 2002; Balooni, Gangopadhyay, & Kumar, 2014). Hoje já é comum a tentativa de se atribuir valores monetários a estas áreas em função dos benefícios ambientais e sociais de tais espaços, o que contribui para o seu uso eficiente e conservação (Chen & Jim, 2008).

No Brasil a urbanização acelerada e desordenada, principalmente nas grandes cidades, traz muitas consequências, dentre elas a redução de espaços verdes (Silva & Vargas, 2010). Embora a Constituição Federal Brasileira, em 1988, tenha demonstrado a preocupação da sociedade com o meio ambiente, esse tema dentro do setor público ainda é escasso em termos de pesquisas, notando-se um distanciamento entre o controle externo e o meio ambiente (Silva J. A., 2008).

Dessa forma, ações de planejamento urbano modernas podem adotar medidas que permitam seu desenvolvimento de maneira sustentável (Vainer, 2013). Isto significa, entre

outros aspectos, desenvolver ações que contribuam para a melhoria da qualidade de vida da população (Filho, 2012), reduzindo pavimentação do solo e aumentando arborização nas ruas e espaços públicos (Emer & Corona, 2013). Estudos sobre espaços públicos e áreas verdes devem fazer parte de discussões sobre planejamento urbano (Chen & Jim, 2008) e locais como praças e parques, estão sendo foco de estudo em diversos municípios brasileiros (De Angelis, Castro, & De Angelis Neto, 2004).

A gestão de áreas verdes no Brasil é um tema com o qual as administrações públicas e a comunidade devem se envolver cumprindo papéis distintos. A praça como espaço público é referencial urbano marcado pela convivência humana, portanto é um importante equipamento histórico-cultural urbano que expressa o surgimento e desenvolvimento de inúmeras cidades, especialmente no Brasil (Romani, Gimenes, Silva, Pivetta, & Batista, 2012). A Organização Mundial de Saúde estabelece um padrão global, em áreas urbanas, de 8 m<sup>2</sup>/habitante de área verde (Mishra & Pandit, 2011), enquanto que a Sociedade Brasileira de Arborização Urbana vai além, e estabelece que haja um mínimo de 15 m<sup>2</sup>/habitante de áreas verdes públicas destinadas à recreação (Harder, Ribeiro, & Tavares, 2006), podendo as praças cumprir parte deste papel quando compostas por vegetação.

As áreas verdes públicas do município de São Paulo passaram a receber mais atenção, por parte dos poderes constituídos, somente na segunda metade do século XIX, com a emergência da cidade no cenário político e econômico nacional. Planos e projetos relativos a áreas verdes foram elaborados, mas apenas alguns foram executados e muito do que foi executado talvez nem fizesse parte de qualquer plano (Bartalini, 1999).

Atualmente, no município de São Paulo, o tema é tratado por meio do Plano Diretor Estratégico (Lei 16.050/2014, 2014), além disso a prefeitura tenta desenvolver projetos para ampliar a oferta desses espaços para seus cidadãos. Entretanto são escassos na literatura, e nos órgãos públicos competentes, trabalhos que abordam áreas verdes da cidade, mais especificamente praças públicas. Portanto, com este trabalho, busca-se contribuir com gestores públicos, mapeando estes espaços e respondendo à seguinte pergunta: i) Qual a visão das autoridades públicas sobre a gestão de áreas verdes urbanas na cidade de São Paulo?

Sabe-se que a gestão de áreas verdes urbanas é descentralizada, o que muitas vezes inviabiliza investimentos em planejamento ou projetos de melhoria. Este estudo foi motivado pela falta de mapeamento e sobretudo de informações sobre a gestão de praças no município de São Paulo.

O estudo de praças contribui para a gestão pública e sustentabilidade urbana, uma vez que estas áreas exercem importante papel socioambiental. É relevante conhecer as práticas de

planejamento e gestão, uma vez que não consta nenhuma relação desses espaços públicos. Além disso, não são conhecidos os critérios para escolha de vegetação e equipamentos presentes nas praças, como também a percepção dos usuários sobre os mesmos. Dessa forma, torna-se relevante primeiro conhecer se há o mapeamento e práticas específicas para manutenção, conservação ou reformulação dessas áreas verdes urbanas e como este processo ocorre, na visão dos gestores, para que de fato se façam cumprir as funções socioambientais.

## **2. OBJETIVOS**

Elucidar a função e aspectos da gestão de praças do município de São Paulo na visão das autoridades públicas.

### 2.1 Objetivos Específicos

- Conhecer o discurso de autoridades públicas sobre os conceitos de "áreas verdes urbanas" e "praças" e à função [socioambiental] das praças especificamente;
- Identificar critérios adotados para definição de equipamentos e vegetação para praças;
- Verificar quais práticas têm sido adotadas e principais desafios encontrados na gestão das praças no município de São Paulo;
- Analisar a percepção dos gestores em relação aos motivos que levam os usuários a frequentar as praças no município de São Paulo.

### 3. REFERENCIAL TEÓRICO

Assume-se neste trabalho que o processo de urbanização tem influência direta na maneira em que uma cidade irá se configurar social e espacialmente. Segundo Santoro (2014), “admitindo a necessidade e a recorrência do processo de expansão urbana, é preciso planejá-lo de forma a evitar que aconteçam prejuízos urbano-ambientais e sociais, distribuindo de forma justa os ônus e benefícios da urbanização”.

A urbanização no município de São Paulo ocorreu à partir de um processo migratório do campo para a cidade, e que, segundo Meyer (2004), se caracterizou pela dispersão intensiva do padrão periférico (massiva ocupação da periferia, em função da intensificação da indústria e crescente oferta de empregos), deslocamento da função residencial para áreas desprovidas de atributos urbanos básicos, e a desarticulação do sistema de transporte público. Deste processo resultam a segregação urbana e ambiental e conseqüente falta de acesso à infraestrutura urbana.

Entende-se também, que a sustentabilidade ambiental urbana está relacionada à qualidade e funcionalidade dos espaços públicos, conseqüentemente, de áreas verdes urbanas. Portanto, observa-se alguns padrões também no que se refere à gestão pública de praças, em decorrência da insustentabilidade dos processos de produção do espaço metropolitano na cidade de São Paulo. Meyer (2004) afirma que os problemas acumulados na *metrópole moderna* criam uma incoerência entre a organização que está sendo superada – a *metrópole moderna* (fase industrial) - e aquela que se instala hoje – a *metrópole contemporânea* (fase pós-industrial). Neste trabalho, procura-se identificar se este é um padrão que se reflete também na gestão de praças públicas em São Paulo, e na sua relação com o disciplinamento e ordenação do espaço urbano, já que estes espaços constituem parte do sistema de áreas verdes urbanas do município, regulamentados pelo Estatuto da cidade (Lei 10.257/01), que estabelece diretrizes gerais da política urbana no país e incide sobre a função social da propriedade, assim como pelo Plano Diretor Estratégico (PDE), que no caso do município de São Paulo foi revisto recentemente (Lei 16.050/2014).

Além disso, sabe-se que existe uma dificuldade com relação aos diferentes termos utilizados sobre as áreas verdes urbanas e praças. Desta forma, estes foram conceitos explorados neste trabalho, sob a ótica daquilo que se define em literatura e na visão dos gestores públicos.

Similaridades e diferenciações entre termos como áreas livres, espaços abertos, áreas verdes, sistemas de lazer, praças, parques

urbanos, unidades de conservação em área urbana, arborização urbana e tantos outros, confundem os profissionais que trabalham nessa área. Esse problema existe nos níveis de pesquisa, ensino, planejamento e gestão dessas áreas, e consequentemente, nos veículos de comunicação (Lima Neto, Resende, Sena, & Souza, 2007).

Neste contexto, torna-se necessário avaliar até que ponto as áreas verdes urbanas fazem parte de um conjunto de infraestrutura urbana que, na visão de Meyer (2004), no âmbito da metrópole contemporânea, cumpre em partes a função básica de organizar os sistemas e subsistemas urbanos, assegurando as continuidades ameaçadas pela dispersão funcional. Alguns desafios na gestão metropolitana se apresentam neste sentido.

O efeito da redução dos Planos Diretores de Desenvolvimento Urbano a meros planos diretores [sobretudo nos anos 70], reguladores de conteúdo quase exclusivamente normativo, teve como desdobramento lógico, num primeiro momento, a perda da eficácia do planejamento urbano, em seguida, a perda da credibilidade na ação planejadora (Meyer, Grostein, & Biderman, 2004).

Compreendeu-se, à partir de então, que havia necessidade de conjugação entre *planejamento* e *projeto urbano* dentro de novas bases, e que aquilo que fundamentava essa nova base seria a substituição de “planos que regulam a ação” por “planos de ação” (Meyer, Grostein, & Biderman, 2004).

### 3.1 Planejamento urbano sustentável

Pensar a sustentabilidade, incluindo a preocupação com o aquecimento global, o esgotamento dos recursos naturais e os ciclos de respostas do meio ambiente, é recorrente desde a década de 1960, por diferentes atores sociais como cientistas, movimentos sociais, ambientalistas, políticos e funcionários públicos, e torna-se cada vez mais crucial (Jacobi, 1999, pp. 175-176). As discussões sobre sustentabilidade no mundo tomam corpo quando lançado, em 1987, o *Relatório de Brundtland*, que estabelece diversas matrizes discursivas à respeito do tema (Acsehrad, 2009). Sabe-se que a demanda de recursos naturais devido ao crescimento da população no mundo é crescente e já foi consumido mais do que a Terra pode regenerar: 1,5 vezes a capacidade do nosso planeta (WWF Brasil).

No contexto do desenvolvimento das cidades, a noção de sustentabilidade versa sobre a compatibilidade das mesmas com os propósitos de dar durabilidade ao desenvolvimento, em

acordo com os princípios da agenda 21, resultante da Unced<sup>1</sup>. Ao mesmo tempo em que a temática de meio ambiente tem sido introduzida nos debates sobre políticas urbanas, também há, no outro sentido, a entrada crescente das questões urbanas no debate ambiental, tanto em função de atores sociais da cidade que incorporam a temática do meio ambiente, sob o argumento da substancial concentração populacional nas metrópoles, quanto pela própria trajetória de urbanização crescente da carteira ambiental dos projetos do Banco Mundial (Acselrad, 2009).

A sustentabilidade e a discussão ambiental no espaço das cidades, historicamente, tem passado pelo debate sobre o homem e suas práticas. Este vem enfrentando desafios relevantes em relação ao ambiente urbano onde se busca incessantemente o bem-estar. As cidades estão cada vez mais aglomeradas, e conforme se ampliam em tamanho e em importância acarretam a construção de uma realidade complexa para com as relações humanas. Assim, as áreas urbanas vão assumindo um papel cada vez mais relevante na formação do meio ambiente global, alterando-o, em virtude do progresso resultante do desenvolvimento do capitalismo (Chaves & Reis, 2008).

Segundo Acselrad (2009) há várias maneiras de as coisas durarem, sejam elas ecossistemas, recursos naturais ou cidades.

A problemática ambiental urbana apresenta-se como uma das questões de planejamento das cidades e desde a década de 1970 até nossos dias. Neste século alcançou-se a urbanização da sociedade, ou seja, a população urbana ultrapassou a população rural no mundo em 2007 (Almada, 2010; Santos, 2005). O uso e ocupação do solo, o planejamento e a gestão urbana figuram como os grandes instrumentos na busca de um equilíbrio socioambiental. A qualidade do ambiente urbano está relacionada aos aspectos físicos, psicológicos e visuais da paisagem, sendo fundamental a presença de espaços livres contendo elementos vegetativos, pois a vegetação está intrinsecamente relacionada à melhoria e manutenção da qualidade ambiental urbana. Porém, para que a vegetação urbana exerça sua função de forma adequada dentro do espaço urbanizado, é preciso que o planejamento exista e direcione ações eficientes e eficazes, a fim de se minimizar possíveis conflitos ambientais (Chut, Macedo, & Chacon, 2011).

Segundo Mello Filho (1985), a arborização no ambiente urbano desempenha funções

---

<sup>1</sup> Várias redes internacionais de municipalidades, notadamente europeias, foram articuladas, a partir de 1992, com o fim de pôr em prática os preceitos globais do desenvolvimento sustentável sob a forma de orientações práticas e tangíveis (Emelianoff, 1995, p. 38 *apud* Acselrad, 2009)

essenciais, como melhoria da qualidade do ar da cidade, proteção térmica, absorção de ruídos, quebra da monotonia da paisagem, melhoria dos recursos naturais (solo, água, flora e fauna), e é fator determinante da salubridade mental, por ter influência direta sobre o bem-estar do ser humano, além de proporcionar lazer e diversão.

A partir da década de 1970 as cidades brasileiras sofreram intensas transformações (Santos, 2005). O rápido crescimento e a carência de políticas eficazes de ordenação do desenvolvimento das cidades estão relacionados, na maioria das vezes, às inúmeras consequências da urbanização. A busca pela compreensão da diversidade dos aspectos do espaço urbano, relacionados às suas dimensões físico-territoriais e seus habitantes tornou-se uma preocupação para o planejamento e gestão urbana (Caporusso & Matias, 2008; Emer & Corona, 2013).

### *3.2 Urbanização e áreas verdes em cidades brasileiras*

O Brasil apresentou, segundo dados do IBGE, um intenso processo de urbanização na segunda metade do século XX. Em 1940 a população urbana era de 26,3% do total (18,8 milhões de habitantes). Em 2000 ela alcançava 81,2%. (aproximadamente 138 milhões de habitantes). Desta forma, em 60 anos, os assentamentos urbanos passaram a abrigar mais de 125 milhões de pessoas. Além da preocupação com o número de moradias suficientes para atender a demanda populacional, havia de se pensar também na geração de toda infraestrutura necessária para atender esses novos assentamentos (Silva & Vargas, 2010).

As consequências geradas pela falta de planejamento urbano despertaram a atenção de planejadores e da população no sentido de se perceber a vegetação como componente necessário ao espaço urbano. Dessa forma, mais expressivamente, a arborização passou a ser vista nas cidades como importante elemento natural, atuando como reestruturador do espaço urbano. Isto porque áreas bastante arborizadas apresentam uma aproximação maior das condições ambientais normais, em relação ao meio urbano que apresenta, entre outros, temperaturas mais elevadas, particularmente nas áreas de elevados índices de construção e desprovidas de cobertura vegetal (Carvalho, 1982, p. 63).

De maneira geral, áreas verdes urbanas promovem o sequestro de carbono e auxiliam na mitigação de efeitos adversos das mudanças climáticas (Escobedo, Varela, Zhao, Wagner, & Zippererd, 2010; Liu & Li, 2011). Os espaços com cobertura vegetal, grama, vegetação rasteira, por exemplo, promovem melhorias para o micro clima urbano e outros serviços ecossistêmicos (Lima Neto, Resende, Sena, & Souza, 2007; Georgi & Dimitriou, 2010; Miyawaki, 1998). Muitas áreas verdes urbanas também geram uma contribuição estética,



recreacional, além de oferecer benefícios para saúde dos residentes (Balooni, Gangopadhyay, & Kumar, 2014).

Os primeiros jardins públicos brasileiros instalaram-se às margens das cidades e em terras de condições topográficas que desfavoreciam o arruamento ou as construções, como nas antigas cidades europeias. Aparecem, da mesma forma, as áreas verdes urbanas no Brasil, ainda sem planejamento. Exemplos desses tipos de jardins apareceram em cidades como Rio de Janeiro, Belém, Olinda, Ouro Preto e São Paulo (Gomes & Soares, 2003).

São Paulo teve um crescimento acelerado e desordenado com investimentos concentrados em infraestrutura que garantissem a evolução e modernidade da metrópole, especialmente com a criação de vias que cruzavam a cidade ligando o centro aos bairros periféricos (Feldman, 2005; Da Silva Leme, 2012). Desta forma, muitas as áreas verdes urbanas da cidade foram suprimidas.

Ao analisar a grande São Paulo, Lombardo (1985) observou que o acesso às áreas verdes da cidade favorece a uma minoria privilegiada socialmente, enquanto que as camadas sociais mais carentes têm acesso mais restrito a estes espaços. Desta forma o verde nos espaços públicos, nos bairros de alto padrão social, desempenharia função mais ornamental e de valorização do solo, ao passo que nos bairros de periferia deveria ser voltado à oferta do lazer.

### *3.2.1 Praças: áreas verdes urbanas*

Embora não haja uma definição consensual, o termo mais utilizado para designar a vegetação urbana é “áreas verdes”. A dificuldade em relação aos diferentes termos utilizados sobre as áreas verdes urbanas está nos mais diferentes níveis, incluindo pesquisa, ensino, planejamento e gestão dessas áreas. (Lima Neto, Resende, Sena, & Souza, 2007)

A necessidade de padronização e adequação do conceito de áreas verdes urbanas é latente nos dias atuais, visto que o planejamento urbano precisa atender as necessidades da sociedade, que vive em ambientes cada vez mais artificiais, e evitar o declínio da qualidade de vida nas cidades. Assim, além de quantificadas, essas áreas precisam ser qualificadas como tal. A dificuldade desta qualificação se encontra na valoração dos benefícios por elas trazidos, sejam valores ambientais, estéticos, sociais ou financeiros (Caporusso & Matias, 2008; Yli-Pelkonen & Kohl, 2005). Muitos estudos têm considerado a vegetação como importante indicador da qualidade ambiental urbana (Mello Filho, 1985; Flores-Xolocotzi, 2012; Van Leeuwen, Nijkamp, & Vaz, 2010; Gonzáles-García & Sal, 2008).

“Áreas verdes” é um termo que se aplica a diversos tipos de espaços urbanos, que proporcionam interação das atividades humanas com o meio ambiente (Harder, Ribeiro, & Tavares, 2006), são consideradas todo espaço livre (área verde / lazer) de uso comum e que apresente algum tipo de vegetação (espontânea ou plantada), que possa contribuir em termos ambientais (fotossíntese, evapotranspiração, sombreamento, permeabilidade, conservação da biodiversidade e mitigue os efeitos da poluição sonora e atmosférica) e que também seja utilizado com objetivos sociais, ecológicos, científicos ou culturais (Benini & Martin, 2011). Além disso, cumprem funções relevantes como a de produzir oxigênio, esfriar o ar por meio de sua transpiração e absorver poluentes (Silva & Vargas, 2010; Priemus, 1999).

Segundo Caporusso e Matias (2008) o conceito adequado para áreas verdes urbanas é:

“Deve considerar que estas sejam uma categoria de espaço livre urbano composta, predominantemente, por solo permeável e vegetação arbórea e arbustiva (inclusive pelas árvores no leito das vias públicas, desde que estas atinjam um raio de influência que as capacite a exercer as funções de uma área verde), de acesso público ou não, e que exerçam minimamente as funções ecológicas, estéticas e de lazer.”

Segundo McColl (2002) praças são espaços públicos, compartilhados, que estão disponíveis para todos usarem. Um espaço público agradável dá uma boa razão para um passeio pela cidade, tira as pessoas do isolamento e as permite experimentar um dia de conversas e encontros casuais. O prefeito de Bogotá, Colômbia, Antanas Mockus, conhecido por seu uso de símbolos e arte performática, transformou espaços da cidade em lugares que expressam as necessidades e valores da comunidade. Um de seus projetos é descrito por seus criadores como uma “casa de chá móvel”, que percorre diferentes praças na cidade para lembrar as pessoas de que espaços públicos para convívio são importantes para o desenvolvimento social. Não se compra ou vende nada, apenas cria-se o espaço para conversas.

Praças exercem a função principal de lazer. Harder, Ribeiro, & Tavares (2006) afirmam que “praças são pontos de encontro, cuja principal função é incentivar a vida comunitária, são áreas verdes com dimensões, em geral, entre 100m<sup>2</sup> e 10ha”. Lima Neto (2007) aponta que uma vez sem vegetação e impermeabilizadas, elas podem não ser consideradas áreas verdes (a exemplo da Praça da Sé, em São Paulo).

Embora alguns dados sobre áreas verdes do Departamento de Água e Energia Elétrica de São Paulo (DAEE) mostrem que há praças no Estado de São Paulo que não são arborizadas, não possuem plantas rasteiras, parque infantil, ou mesmo sanitários públicos,

Gomes & Soares (2003) afirmam ser fundamental que se garanta a conservação do verde nos diversos espaços públicos urbanos, para que se assegure o mínimo de qualidade de vida à população, sobretudo dada a precariedade dos sistemas de lazer na maior parte das cidades brasileiras e da falta de acesso por grande parte da população.

O diálogo em torno das áreas verdes urbanas vem crescendo juntamente com a necessidade de se criar lugares que possam trazer qualidade ambiental e tem sido incorporado no discurso dos diversos atores que compõe a sociedade. A função desses espaços, que se moldam de acordo com as transformações sofridas pela cidade é, portanto, representativa da sociedade e impactam, por sua vez, no estilo de vida da população (Laredo & Somekh, 2014).

### *3.2.2 Áreas verdes urbanas e a relação com o disciplinamento e ordenamento do espaço urbano*

Sabe-se que não há regulamentação específica para a criação, o uso ou a gestão de praças públicas no Brasil. A constituição federal não traça diretrizes específicas para criação e gestão de praças. No entanto, entende-se que enquanto áreas verdes estariam contempladas naquilo que está definido pelo Estatuto da cidade (Lei 10.257/01), que estabelece diretrizes gerais da política urbana no país e incide sobre a função social da propriedade, assim como pelo Plano Diretor Estratégico (PDE), que no caso do município de São Paulo foi aprovado em 2002 (Lei 13.430/02) e revisto recentemente (Lei 16.050/2014). Segundo o Estatuto da Cidade, ele deve ser revisto a, pelo menos, cada dez anos. Na época em que foi criado o Plano Diretor, a cidade já apresentava um modelo de urbanização que dificilmente poderia ser revisto. A revisão estava programada para acontecer em 2006, mas a proposta não havia sido concluída na época, principalmente devido aos desafios apresentados em função de especulação imobiliária. Ainda assim, o novo PDE apresenta uma visão mais humana, que visa aproximar emprego e moradia, reequilibrando a cidade. Aprovada no dia 30 de junho de 2014 e sancionada em 31 de julho pelo prefeito Fernando Haddad, a nova lei (16.050/2014) traz uma série de diretrizes para orientar o desenvolvimento e o crescimento da cidade pelos próximos 16 anos. Introduce, entre seus princípios fundamentais o Direito ao Meio Ambiente Ecologicamente Equilibrado, que passa a orientar, em conjunto com os demais princípios do Plano Diretor, os objetivos, diretrizes e instrumentos da política urbana e da gestão ambiental do município, a fim de que os sistemas urbanos e ambientais sejam organizados de forma equilibrada para a melhoria da qualidade ambiental e do bem estar humano.

Dentre as ações prioritárias constantes do PDE, destaca-se a implementação do Sistema Municipal de Áreas Verdes e a elaboração de planos que auxiliem sua gestão (Plano

Municipal de Áreas Verdes Públicas, Plano Municipal de Conservação e Recuperação de Áreas Prestadoras de Serviços Ambientais e Plano Municipal de Arborização Urbana). Sob esta resolução, as áreas integrantes do Sistema de Áreas Verdes do Município serão classificadas como: I - Áreas Verdes de propriedade pública: a) reservas naturais; b) parques públicos; c) praças, jardins e logradouros públicos; d) áreas ajardinadas e arborizadas de equipamentos públicos; e) áreas ajardinadas e arborizadas integrantes do sistema viário.

A política de áreas verdes públicas tem por objetivos, sobretudo, ampliar as áreas verdes, melhorando a relação área verdes por habitante no município e assegurar usos compatíveis com a preservação e proteção ambiental nas áreas integrantes do sistema de áreas verdes do Município. Suas diretrizes giram em torno do adequado tratamento da vegetação, da gestão compartilhada de áreas verdes significativas, a incorporação de algumas áreas verdes particulares ao sistema público para assegurar sua preservação, a criação de instrumentos legais para estimular parcerias público-privadas para manutenção, a recuperação de áreas verdes degradadas, o disciplinamento do uso, criação de programas para efetiva implantação de áreas verdes em conjuntos habitacionais e loteamentos.

São ações estratégicas para as Áreas Verdes segundo o PDE (Lei 16.050/2014):

- I - implantar os parques propostos no Quadro 7 desta lei;
- II - elaborar o Plano Municipal de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres e estruturar o Sistema de Áreas Protegidas e Áreas Verdes e Espaços Livres;**
- III - elaborar o Plano Municipal de Conservação e Recuperação de Áreas Prestadoras de Serviços Ambientais;
- IV - elaborar o Plano Municipal de Arborização Urbana;**
- V - elaborar o Plano Municipal da Mata Atlântica;
- VI - implementar o Plano Municipal de Estratégias e Ações Locais pela Biodiversidade da Cidade de São Paulo;**
- VII - rever o Zoneamento Geoambiental da APA Municipal do Capivari-Monos para adequá-lo ao disposto nesta lei;
- VIII - elaborar o Plano de Manejo e o Zoneamento da APA Municipal Bororé-Colônia;
- IX - criar unidade de conservação de uso sustentável, preferencialmente APA, na porção mais preservada da bacia do Guarapiranga, ressalvada a implantação de obras, empreendimentos e infraestruturas de utilidade pública;
- X - implantar os Planos de Manejo e Conselhos Consultivos dos Parques Naturais Municipais;
- XI - requalificar os parques e unidades de conservação municipal conforme padrões e parâmetros de sustentabilidade ambiental;
- XII - estruturar Cadastro de Áreas Prestadoras de Serviços Ambientais, o qual deverá fornecer subsídios ao planejamento e à execução do Plano;
- XIII - rever os perímetros dos parques propostos, quando couber, integrando cabeceiras de drenagem e áreas com vegetação significativa, visando à conectividade entre os parques e as demais áreas verdes públicas e particulares e o estabelecimento de corredores ecológicos;
- XIV - compatibilizar, quando houver sobreposição, os perímetros dos parques propostos com outras intervenções públicas ou de interesse público, em especial regularização fundiária e Habitação de Interesse Social, através de projetos integrados das Secretarias e demais órgãos públicos, respeitado o disposto na legislação

ambiental e ouvidos os representantes da população usuária do parque e moradora da área;

**XV - estruturar e dar publicidade ao cadastro georreferenciado das praças;**

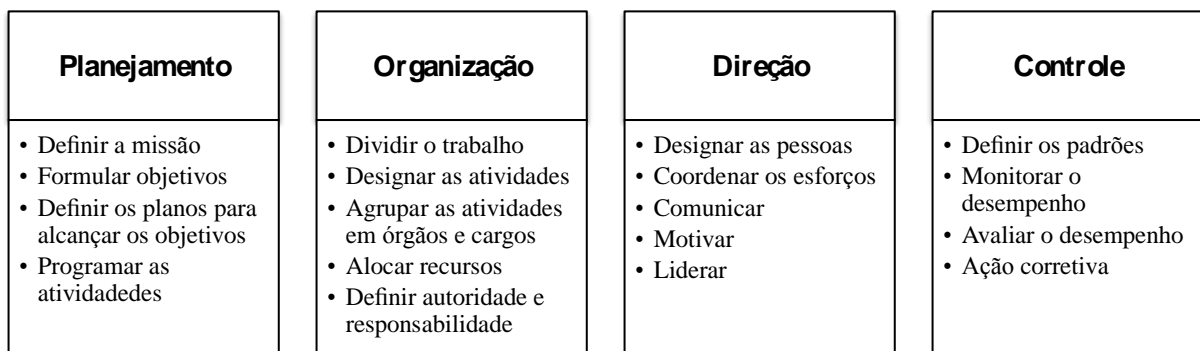
XVI - implantar medidas integradas de fiscalização e controle de expansão e adensamento urbano na Macrozona de Proteção e Recuperação Ambiental, em especial na área de proteção e recuperação de mananciais e nas APAs municipais Capivari-Monos e Bororé-Colônia, articulando os órgãos competentes na esfera municipal e estadual.

Áreas verdes são ainda elementos dinâmicos, com uma forte conexão social (Flores-Xolocotzi, 2012). Para que se cumpra, portanto, tais diretrizes e ações estratégicas no que diz respeito à praças públicas, torna-se necessária maior clareza de quais são esses espaço e de como se dará a gestão deles.

Há ainda uma preocupação que gira em torno dos critérios adotados para composição paisagística das praças. Segundo Bortoleto (2004), grande parte das plantas cultivadas em áreas verdes urbanas no Brasil não é de espécies nativas, mas sim composta por espécies exóticas (de outros países). Em contraposição a esta prática, sabe-se que, além das qualidades estéticas, a flora brasileira fornece alimento à avifauna, por isso se fossem mais usadas na arborização urbanística, seria possível resgatar muitas espécies em extinção.

### 3.3 Gestão pública de áreas verdes urbanas

O conceito de gestão neste trabalho parte da teoria geral da administração que Chiavenato (2003) define como “a condução racional das atividades de uma organização”. A administração parte do planejamento, envolve a organização (estruturação), direção e controle de todas as atividades diferenciadas pela divisão de trabalho que ocorrem dentro de uma organização (Figura 1). Na visão neoclássica da administração, afirma-se ainda que o papel do administrador se centra mais na inovação do que na manutenção do *statu quo* (Chiavenato, 2003).



**Figura 1:** O processo administrativo (Fonte: Adaptado de Chiavenato, 2003)

A responsabilidade com as áreas verdes no município de São Paulo está dividida entre diferentes entes municipais: as subprefeituras, que cuidam das praças; a Secretaria de

Esportes, que cuida de alguns Centros Desportivos Municipais; a Secretaria de Cultura que cuida de bibliotecas e de suas áreas adjacentes e a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, responsável pelos parques e demais áreas verdes urbanas. Por ter sua gestão menos centralizada o objeto de estudo deste trabalho são as praças.

Historicamente, a gestão urbana e planejamento de áreas verdes foi sempre entendida como parte integrante das estratégias de desenvolvimento urbano. Esta relação entre áreas verdes e desenvolvimento urbano, entre outros objetivos, respondeu ao interesse público pela oferta de serviços de lazer ao ar livre (Flores-Xolocotzi, 2012).

Azadi, Ho, Hafni, Zarafshani & Witlox (2011) afirmam que os principais aspectos que influenciam o desempenho (positiva ou negativamente) de áreas verdes urbanas são: Estado, sociedade, implementação e regulação. Sob esta mesma ótica, o Estado tem papel fundamental no desempenho de projetos voltados para esses espaços mas ele não é o único ator. O papel influente da sociedade também deve ser considerado, pois a maioria dos projetos são oriundos de organizações sem fins lucrativos. Além disso, esse engajamento também contribui para a "regulação", necessária como uma base jurídica para o desenvolvimento e gestão de áreas verdes.

Atualmente os estudos sobre áreas verdes na América Latina, em geral, compreendem aspectos de recreação e de inclusão social, indicadores para a avaliação das propostas de sustentabilidade e aspectos gerais relacionados com a gestão e planejamento de áreas verdes urbanas (Flores-Xolocotzi, 2012; Falcón, 2007; Gámez, 2005). No entanto, falta uma análise conjunta do desenvolvimento sustentável e governança em relação aos processos de planejamento e gestão dessas áreas.

Caldeira (2000) atribui grande parte da alteração na qualidade do espaço público às tensões, separação, discriminação e suspeição que, segundo a autora, tornam-se as novas marcas da vida na cidade. “Como resultado, a São Paulo do final dos anos de 1990, mais fragmentada do que era há trinta anos, é uma cidade de muros, com uma população obcecada por segurança e discriminação social”.

Sobre a questão atual de desenvolvimento de áreas verdes e de gestão, há uma tendência de que o governo não seja mais o único agente responsável pelo desenvolvimento e gestão de áreas verdes (Azadi, Ho, Hafni, Zarafshani, & Witlox, 2011).

Segundo Shan (2012), áreas verdes urbanas normalmente servem a uma variedade de moradores com várias percepções, preferências e demandas. A necessidade de uma governança exige cada vez mais a participação ativa do público. Essa é uma medida que tem sido apontada como uma das soluções mais inovadoras na gestão dessas áreas. Além de

reduzir o custo, a pressão sobre os governos locais e aumentar a eficácia dos programas de gestão, também pode resultar numa maior satisfação dos cidadãos. Participação na tomada de decisões, poderia dar aos cidadãos a oportunidade de expressar suas opiniões e necessidades, permitindo assim, decisões relevantes mais sensíveis às suas diferentes necessidades. Mais importante ainda, através dessa participação, cidadãos ganham uma sensação de pertencimento e de poder promover ainda mais a sua cidadania e vontade de participar, por exemplo, por meio do bom uso e do cuidado com áreas verdes urbanas.

A gestão participativa de praças pode ser uma forma de se conseguir um envolvimento da população a ponto desta se identificar tanto com o espaço que passará não só a frequentá-lo, mas também a cuidar dele. Os benefícios desses espaços só serão alcançados plenamente se a população se apropriar e participar ativamente (Tuan, 2012).

Na visão de Oliveira e Mascaró (2007), segundo estudo realizado em Passo Fundo (RS), os projetos urbanísticos tinham mais preocupações com os espaços públicos abertos do que nos dias de hoje. Muito se deve à especulação imobiliária e a complacência do poder público no momento em que “deixou de adotar estratégias que favoreçam o interesse coletivo para melhorar a qualidade da cidade, como exigir espaços públicos para implantação de praças que estejam distribuídos na malha urbana de maneira acessível a toda a população”.

Em São Paulo nota-se que as áreas públicas também se tornaram reféns do mercado imobiliário, que sempre visa comercializar o máximo de áreas de terreno. Sobretudo, entende-se que a necessidade de transformação e a crescente demanda por espaços públicos têm feito com que a prefeitura, por meio de políticas públicas ainda que de forma controlada, utilize instrumentos que deem maior atenção e aporte de recursos na manutenção dessas áreas, embora ainda sejam pouco notados os resultados na prática.

Como forma de melhorar a gestão dos espaços públicos a prefeitura, em 2006, cria a Lei nº 14.223<sup>2</sup>, que dispõe sobre a ordenação dos elementos que compõem a paisagem urbana do Município de São Paulo e passa a contar com um instrumento de parceria com a sociedade. No Decreto nº 52.062 de 2010, que regulamenta o artigo 50 da Lei nº 14.223, a figura do “Termo de Cooperação” passa a ser usada pelas subprefeituras como instrumento para a

---

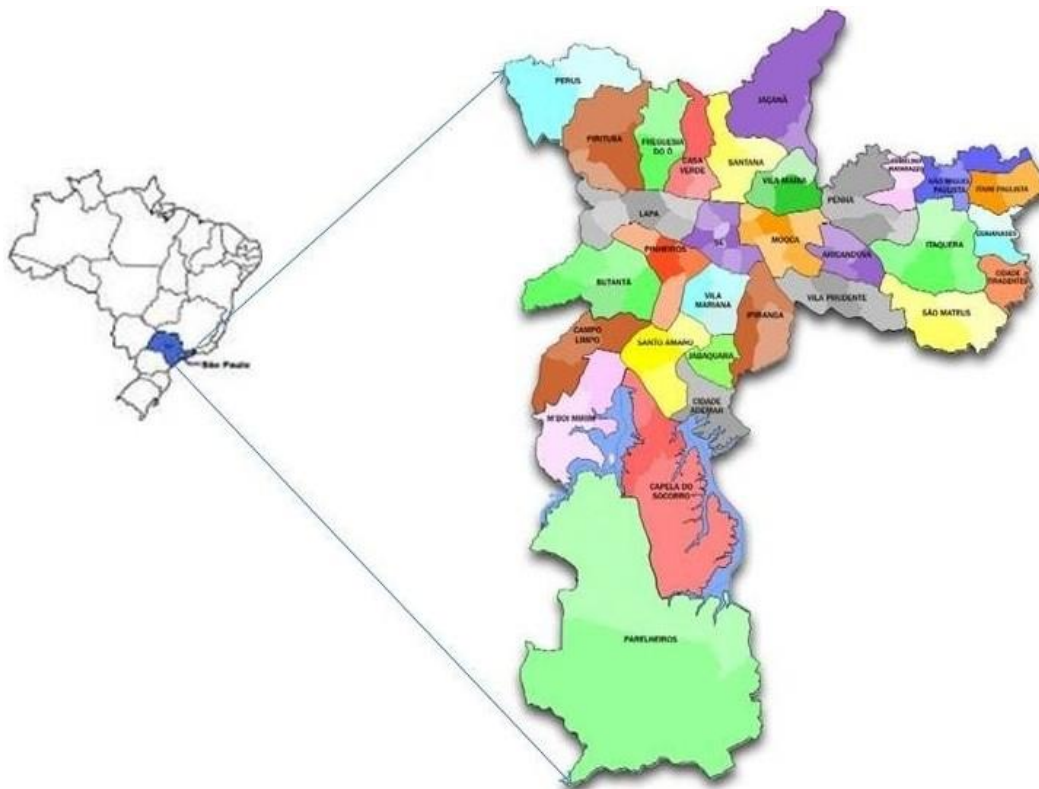
<sup>2</sup> Decreto No 52.062, de 30 de dezembro de 2010. Confere nova regulamentação ao artigo 50 da Lei no 14.223, de 26 de setembro de 2006, o qual dispõe sobre a celebração de termos de cooperação com a iniciativa privada, visando à execução e manutenção de melhorias urbanas, ambientais e paisagísticas, bem como à conservação de áreas municipais, em consonância com o disposto no artigo 24 da Lei no 14.517, de 16 de outubro de 2007; acresce o § 3o ao artigo 2o do Decreto no 40.384, de 3 de abril de 2001, que dispõe sobre a doação de bens e serviços e o estabelecimento de parcerias com a iniciativa privada; revoga o Decreto no 50.077, de 6 de outubro de 2008.

criação e manutenção dos espaços públicos do município. Tem o objetivo de firmar parcerias com a sociedade (pessoa física ou jurídica) para a execução e manutenção dos espaços públicos, conferindo a esses lugares melhorias urbanas, ambientais e paisagísticas. Assim, a utilização dos Termos de Cooperação reflete o encolhimento dos orçamentos destinados à manutenção dos espaços públicos, mas também pode refletir uma nova estrutura social.

## 4. METODOLOGIA

### 4.1 Área de estudo

O município estudado é São Paulo, por ser a sexta área metropolitana mais populosa do mundo (Heilig, 2012), e pelos constantes desafios apresentados em seu processo de uso e ocupação do espaço. Este município está localizado no Estado de São Paulo e possui uma área urbana com 1.521,101 km<sup>2</sup> de extensão territorial e 11.821.876 habitantes (IBGE, 2013). Esta área é subdividida em 31 subprefeituras, conforme mostra a Figura 1 e o Apêndice B (PMSP, 2014).



**Figura 2:** Mapa do Brasil com destaque para o Estado de São Paulo e o município de São Paulo com suas subprefeituras (FONTE: PMSP 2014).

Dentro desta área metropolitana, espaços públicos como praças são recursos de lazer extremamente importantes (Laredo & Somekh, 2014). A metodologia a ser utilizada no estudo é de caráter qualitativo (Flick, 1998), cuja preocupação central é descrever,



compreender e interpretar os fatos (Martins & Theófilo, 2007). Será feita uma pesquisa exploratória para levantar informações sobre a gestão pública de áreas verdes urbanas, complementando o estudo com uma pesquisa descritiva (Creswell, 2007). Além disso, será feito o levantamento da distribuição de praças e área ocupada por elas com base na coleta de dados, na pesquisa documental, consultas *in loco* nas subprefeituras do município de São Paulo e entrevistas com os respectivos gestores de praças.

#### *4.2 Levantamento de dados*

Os dados foram coletados por meio de: (a) pesquisa documental, (b) bibliometria, (c) realização de entrevistas com gestores de praças públicas de SP em 24 subprefeituras e (d) levantamento das praças cadastradas nas subprefeituras do município de São Paulo.

##### *(a) Pesquisa documental*

Documentos públicos foram consultados para compreensão da legislação aplicável no contexto do disciplinamento e ordenamento do espaço urbano. São eles: Estatuto da cidade (função social da propriedade), Plano Diretor Estratégico (PDE), Lei orgânica e Projeto de lei sobre gestão participativa de praças (289/2013). Além disso foram consultados os principais sites relacionados à gestão pública no município: Centro de Estudos da Metrópole (CEM), Instituto Brasileiro de Geografia (IBGE), Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP).

##### *(b) Bibliometria*

As bases de dados acadêmicos consultadas para a realização deste trabalho foram: Scopus, Proquest, Ebsco, Google acadêmico. A consulta às bases acadêmicas para levantamento da produção científica, no contexto da gestão de áreas verdes urbanas, feita no SCOPUS, utilizou-se as palavras-chave “urban green space” e “public administration”. Desta forma foi possível analisar aspectos relacionados ao tema no contexto global, para que se estabelecesse um padrão de comparação com os resultados desta pesquisa.

##### *(c) Entrevistas*

A abordagem utilizada foi investigativa para seleção de gestores aptos e acessíveis para participar da pesquisa. O acesso aos órgãos públicos envolvidos na gestão de praças se estabeleceu por meio de contato com a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, Secretaria de planejamento, Secretaria de Coordenação das subprefeituras do município de São Paulo, além de representantes de ONGs e Movimentos em favor da manutenção / revitalização /

criação das praças, que por sua vez apontaram para as pessoas chave envolvidas. A metodologia “bola de neve” (*snowball sampling*) foi utilizada à partir deste primeiro contato para escolha dos entrevistados (Berg & Lune, 2004). Gestores-chave relevantes e conhecidos, relacionados com o planejamento e gestão de praças no município de São Paulo foram entrevistados primeiro - esses primeiros indivíduos são considerados a *onda zero*. Esses entrevistados foram então convidados a sugerir gestores que seriam boas fontes de informação para o tema nas diferentes regiões do município. A *onda um* é formada pelos contatos indicados pelos indivíduos da *onda zero* que fazem parte da população-alvo e que não fazem parte da *onda zero*. A *onda dois* é formada pelos contatos indicados pelos indivíduos da *onda um* que fazem parte da população-alvo e que não fazem parte da *onda zero* nem da *onda um*. Este processo seguiu até que uma nova onda não produziu contatos e informações novas. Esta estratégia de amostragem não é aleatória e foi usada para coletar informações de pessoas com conhecimento sobre o assunto (Berg & Lune, 2004; Dewes, 2013).

Portanto, ao todo, 24 profissionais de gestão de praças foram entrevistados, o que representa 77% do total em São Paulo, considerando 31 subprefeituras no município. A grande maioria desses profissionais tem formação em engenharia agrônômica ou ciências biológicas.

Cada situação de entrevista é sempre única (Flick, 1998). Os entrevistados devem estar cientes de que os resultados poderão ser publicados e, portanto, é possível que eles dêem respostas "socialmente desejáveis". Isso deve ser reconhecido quando se aplica ou comparando os resultados do estudo para outras áreas urbanas.

As entrevistas foram realizadas entre maio e Novembro de 2014, feitas pessoalmente, gravadas (em aplicativo de celular de sistema *android* "gravador de voz") e transcritas (Soares & Hanashiro, 2002; Duarte, 2004). Cada entrevista durou cerca de 60 minutos.

Foi realizado um pré-teste do roteiro de entrevistas, que é constituído de perguntas abertas (APÊNDICE A), baseadas em abordagens de Cortese (2013), Lindholst (2009), Lindholst (2008) e Yli-Pelkonen (2005).

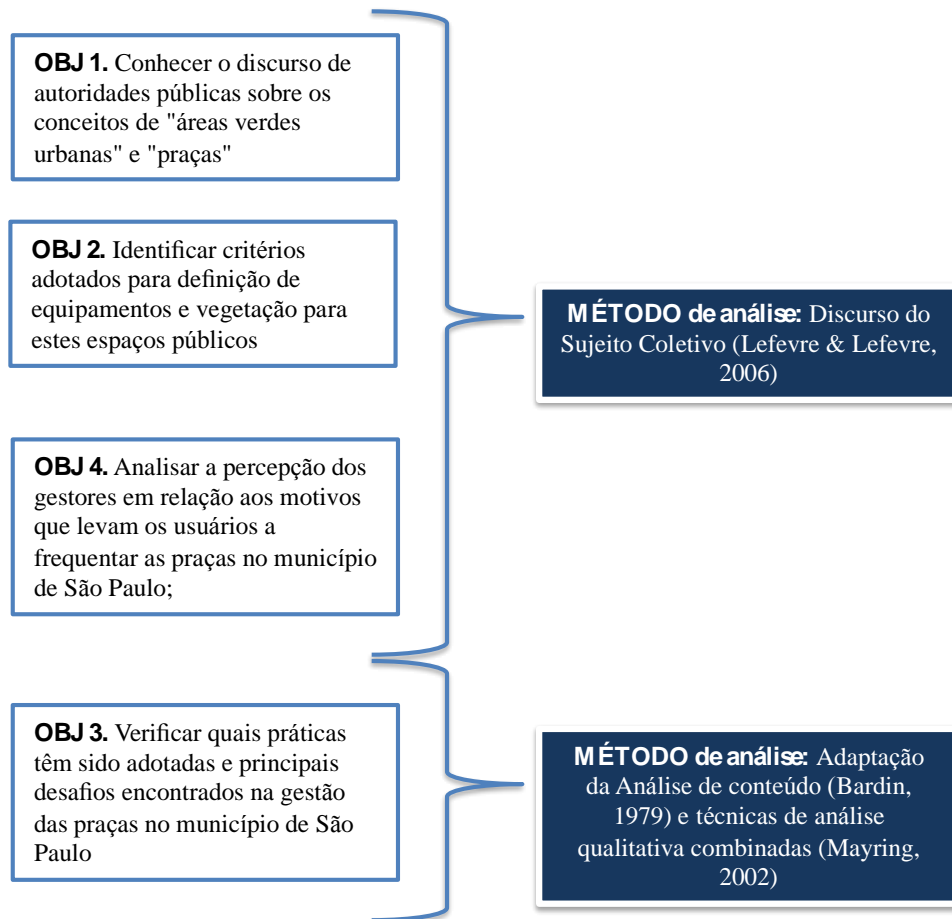
#### *(d) Levantamento de praças cadastradas no município de São Paulo*

À partir das visitas e entrevistas realizadas *in loco* nas Subprefeituras do município de São Paulo e na Secretaria de Coordenação das subprefeituras, conseguiu-se uma relação de praças cadastradas com suas respectivas dimensões para plotagem no mapa do município. Desta forma, foi feita uma análise de como estão distribuídas estas áreas verdes ao longo deste território, através de representação gráfica.

Para a localização geográfica das praças cadastradas foi realizado o cruzamento com os CEPs dos endereços fornecidos pelos correios, para que se identificasse as coordenadas, e utilizado o programa “*BatchGeo*”. A partir deste cruzamento, somente 1237 praças puderam ser geoposicionadas<sup>3</sup> no mapa da cidade. Ainda assim, 13 praças foram descartadas por erro no posicionamento, restando portanto 1224 identificadas, geolocalizadas e geoposicionadas (Figura 7).

#### 4.3 Análise das entrevistas

Considerou-se que a “composição concreta dos instrumentos de análise precisam ser relacionados ao objetivo e à pergunta da pesquisa em questão” (Mayring, 2002). À partir desta visão, foi estruturado um modelo para a análise das entrevistas (Figura 3):



**Figura 3:** Modelo elaborado para análise de dados obtidos nas entrevistas. (FONTE: A autora)

Para a análise dos dados obtidos com as entrevistas serão utilizadas algumas das técnicas de análise de conteúdo que, segundo Flick (1998), é utilizada para a análise de dados

<sup>3</sup> Geoposicionamento é a posição geográfica na superfície terrestre definida pela interseção dos valores de latitude e longitude, que são definidos por um sistema de coordenadas geográficas (Matos Jr, 2011).

coletados em campo e que permite a elaboração de indicadores quantitativos e qualitativos que serão avaliados pelo pesquisador de forma dedutiva e inferente. Sobretudo os dados coletados passarão por etapa de (i) pré-análise, com objetivo de estabelecer uma relação entre objetivos específicos e problema de pesquisa e dados coletados nas entrevistas, (ii) exploração do material, que consiste na análise aprofundada dos dados coletados e categorização e (iii) interpretação dos resultados, relacionando-os com o referencial teórico (Bardin, 1979). O objetivo é a compreensão da construção de significados existentes nos discursos dos entrevistados (Silva, Gobbi, & Simão, 2011).

De modo geral, foram identificados elementos que afetam a gestão pública de praças em SP e agrupados em categorias definidas *a posteriori* (grade de análise aberta) (Vergara, 2012).

Para análise dos resultados que exploram conceitos (neste trabalho, por exemplo, os conceitos de (a) “áreas verdes urbanas” e (b) “praças” foram investigados junto aos gestores públicos entrevistados), foi utilizada a metodologia de Discurso do Sujeito Coletivo (DSC):

“Um sujeito coletivo, no DSC, vem se constituindo numa tentativa de reconstituir um sujeito coletivo que, enquanto pessoa coletiva, esteja, ao mesmo tempo, falando como se fosse indivíduo, isto é, como um sujeito de discurso “natural”, mas veiculando uma representação com conteúdo ampliado. (...) O DSC apresenta a dupla representatividade – qualitativa e quantitativa – das opiniões coletivas que emergem da pesquisa: a representatividade é qualitativa porque na pesquisa com o DSC cada distinta opinião coletiva é apresentada sob a forma de um discurso, que recupera os distintos conteúdos e argumentos que conformam a dada opinião na escala social; mas a representatividade da opinião também é quantitativa porque tal discurso tem, ademais, uma expressão numérica (que indica quantos depoimentos, do total, foram necessários para compor cada DSC) e, portanto, confiabilidade estatística, considerando-se as sociedades como coletivos de indivíduos.” (Lefevre & Lefevre, 2006)

Sob esta lógica, cada questão aberta respondida pode gerar diferentes posicionamentos, ou seja, um número variado de DSC, que podem diferir tanto pelo aspecto qualitativo, na medida em que veiculam opiniões diferentes, como pelo quantitativo, uma vez que cada DSC é resultado da contribuição de depoimentos de indivíduos portadores de determinados atributos (Cortese, 2013).

Primeiramente, das transcrições, foram destacadas as informações mais relevantes nos discursos analisados, por pergunta: para cada um dos conceitos, por exemplo (a) “áreas verdes urbanas” e (b) “praças”, os dados transcritos foram sintetizados e classificados em “ideias centrais” e estas, por sua vez, quantificadas, para que então se estabelecesse o DSC.

## 5. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

### *5.1 Distribuição das praças na cidade de São Paulo e sua relação com a evolução da área urbanizada*

Após consulta realizada aos órgãos públicos e bases científicas, verificou-se que não há nenhum documento público que consolide as informações à respeito das praças em São Paulo, embora já esteja previsto no Plano Diretor Estratégico (Lei 16.050/2014, 2014) estruturar e dar publicidade ao cadastro georeferenciado das praças (Art. 288). Portanto, foi feito um levantamento da distribuição de praças e área ocupada por elas com base nas consultas *in loco* nas subprefeituras do município de São Paulo, e na Secretaria de Coordenação das subprefeituras. As praças consideradas para esta análise foram apenas aquelas com denominação<sup>4</sup>, que totalizam 3166, segundo dados da Secretaria de coordenação das subprefeituras de São Paulo (Tabela 1).

Já é possível identificar na tabela 1, que as regiões mais pobres são aquelas em que há menos praças (principalmente nas regiões Leste e Norte), possivelmente como reflexo da evolução da área urbanizada do município (Figura 4). Esse processo de transformação (resultante do desenvolvimento industrial brasileiro) é comumente dividido em três grandes fases: a primeira, que se estende do final do século XIX até 1930 e engloba a gênese da indústria na cidade; a segunda, que vai até meados da década de 1970, trata do processo do franco desenvolvimento da indústria e sua concentração em São Paulo; e a terceira fase, que se desenvolve de 1975 até os dias atuais e que vem sendo analisada (Marques, 2010).

---

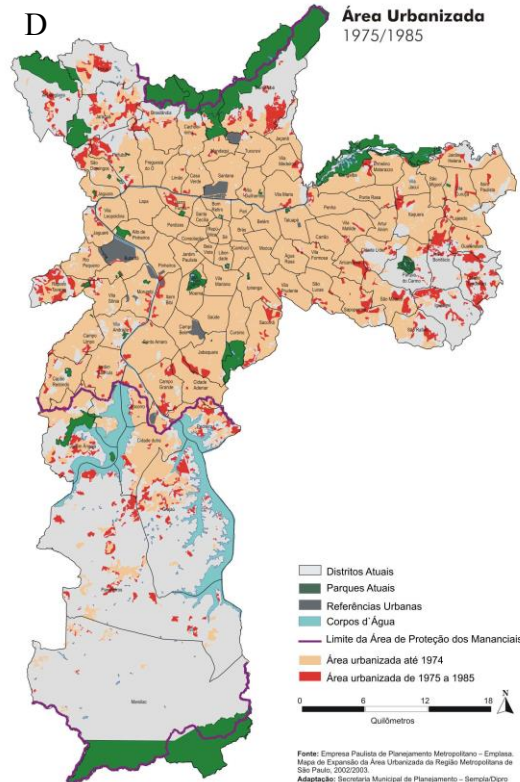
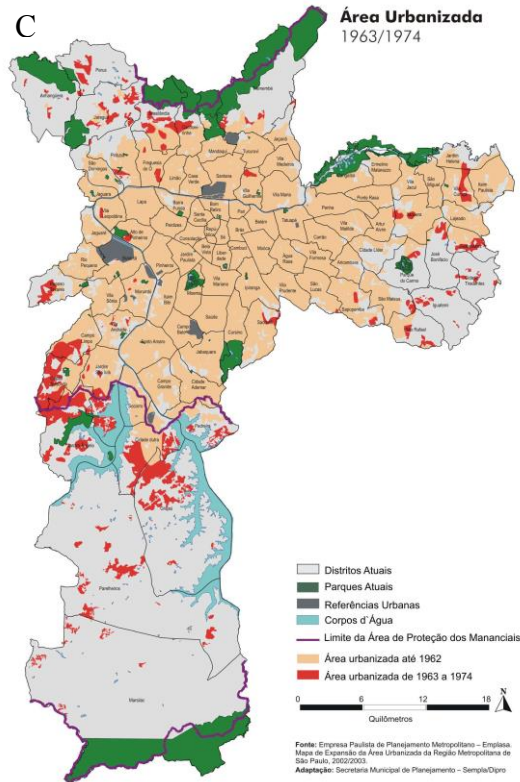
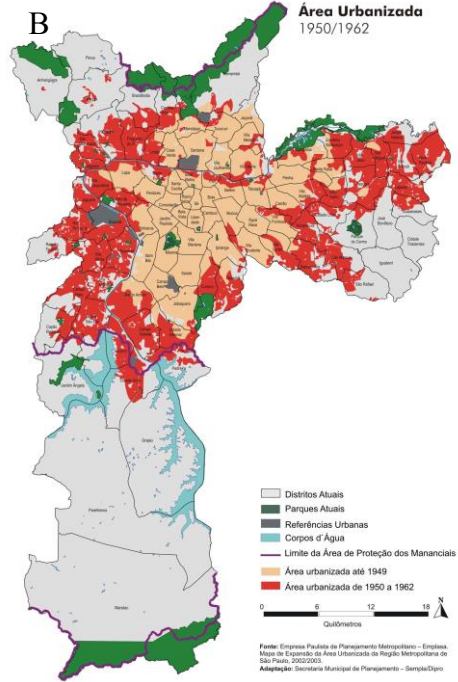
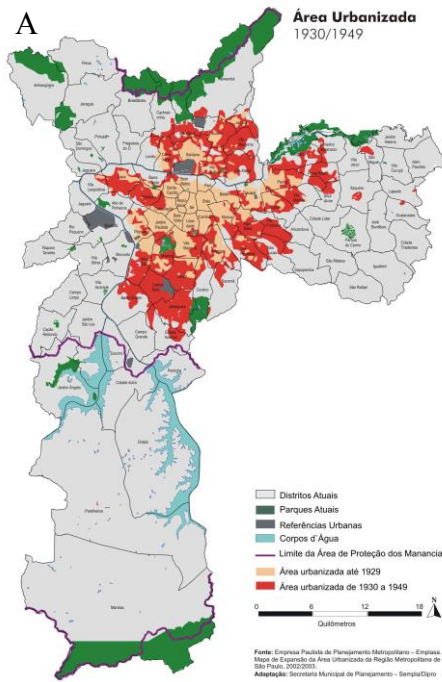
<sup>4</sup> Uma área pública passa a ser denominada praça à partir do momento em que é decretada pela câmara de vereadores e publicado o nome em diário oficial.

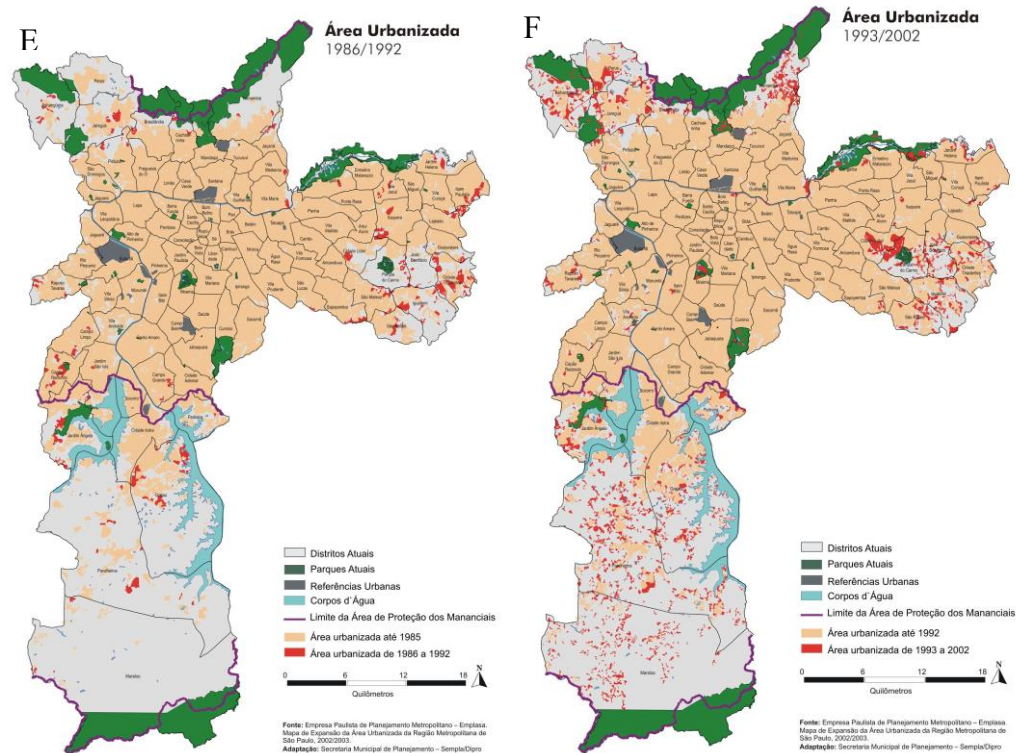
**Tabela 1-** Relação de praças e distribuição por Região e por Sub prefeituras de São Paulo.

SUBPREFEITURA	REGIÃO	NUMERO DE PRAÇAS	ÁREA PRAÇAS (m <sup>2</sup> )	ÁREA REGIÃO (km <sup>2</sup> )	POPULAÇÃO (2010)	DENSIDADE DEMOGRÁFICA (Hab/km <sup>2</sup> )
Sé	CENTRO	155	683.672	26,2	431.106	16.454
Aricanduva Vila Formosa	LESTE	150	314.356	21,5	267.702	12.451
Cidade Tiradentes	LESTE	11	22.420	15	211.501	14.100
Ermelino Matarazzo	LESTE	57	159.265	15,1	207.509	13.742
Guainazes	LESTE	20	23.885	17,8	268.508	15.085
Itaim Paulista	LESTE	48	73.695	21,7	373.127	17.195
Itaquera	LESTE	60	284.656	54,3	523.848	9.647
Mooca	LESTE	160	378.308	35,2	343.980	9.772
Penha	LESTE	242	366.350	42,8	474.659	11.090
São Mateus	LESTE	37	176.790	45,8	426.764	9.319
São Miguel Paulista	LESTE	39	146.936	24,3	369.496	15.206
Vila Prudente	LESTE	105	225.984	19,8	246.589	12.454
Casa Verde	NORTE	74	125.651	26,7	309.376	11.587
Freguesia Brasilândia	NORTE	85	158.930	31,5	407.245	12.928
Jacanã Tremembé	NORTE	60	230.686	64,1	291.867	4.553
Santana Tucuuruvi	NORTE	102	274.050	34,7	324.815	9.361
Vila Maria Vila Guilherme	NORTE	108	396.824	26,4	297.713	11,277
Butantã	OESTE	208	809.907	56,1	428.217	7.633
Campo Limpo	OESTE	193	380.536	36,7	607.105	16.542
Lapa	OESTE	201	729.377	40,1	305.526	7.619
Perus	OESTE	19	26.912	57,2	146.046	2.553
Pinheiros	OESTE	197	600.865	31,7	289.743	9.140
Pirituba Jaraguá	OESTE	92	229.504	54,7	437.592	8.000
Capela Socorro	SUL	87	231.226	134,2	594.930	4.433
Cidade Ademar	SUL	108	215.668	30,7	410.998	13.388
Ipiranga	SUL	123	363.760	37,5	463.804	12.368
Jabaquara	SUL	90	178.366	14,1	223.780	15.871
Mboi Mirim	SUL	24	67.603	62,1	563.305	9.071
Parelheiros	SUL	9	932	353,5	139.441	394
Santo Amaro	SUL	145	274.757	37,5	238.025	6.347
Vila Mariana	SUL	157	442.187	26,5	344.632	13.005

FONTE: PMSP, 2014

Na figura 4 (A, B, C, D, E e F) está representada a evolução da área urbanizada, que acompanha esse movimento, ao longo dos anos no município.



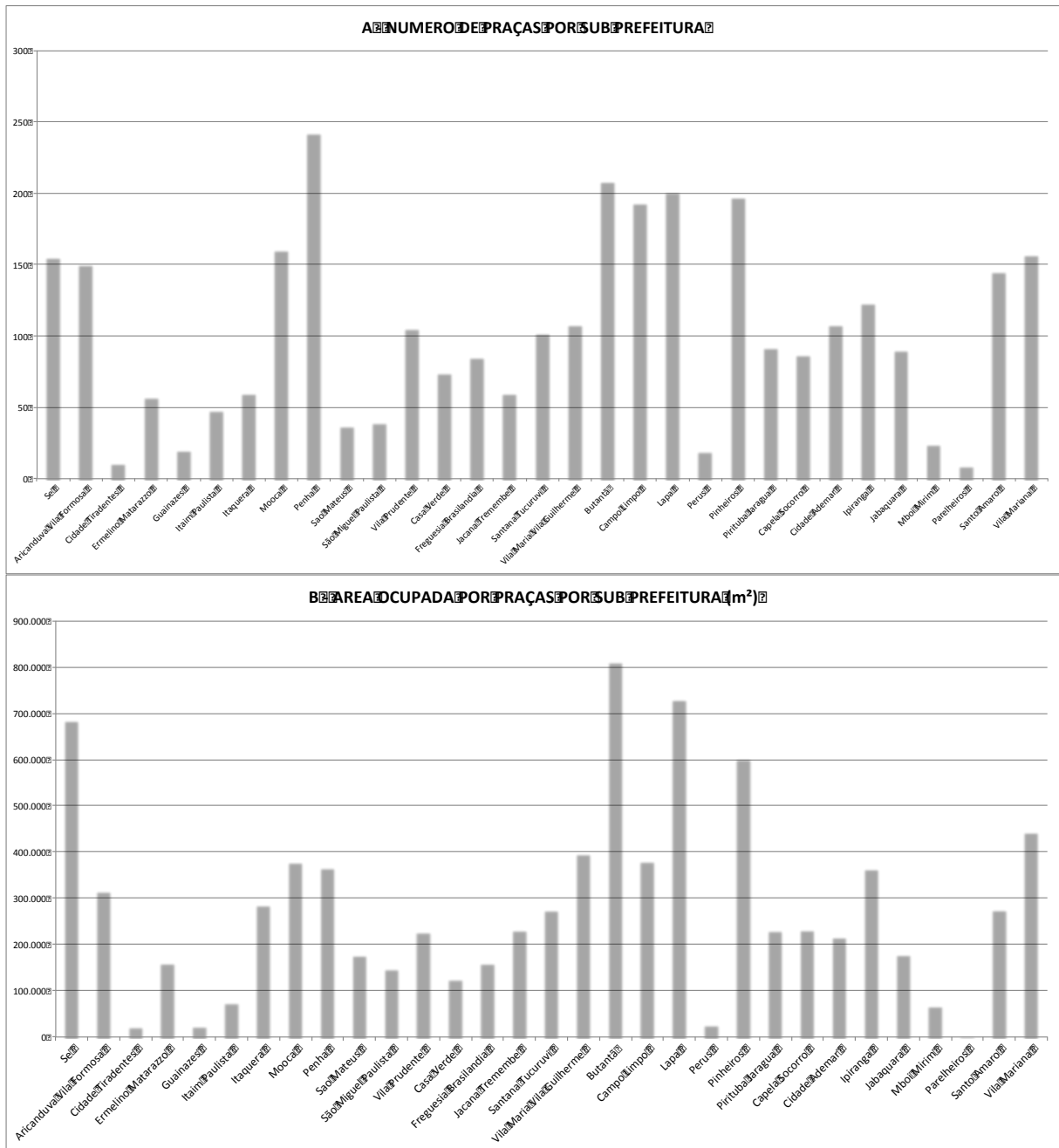


**Figura 4:** Evolução da área urbanizada do Município de São Paulo. (FONTE: Adaptado de SEMPLA / PMSP, 2014)

Para uma primeira análise da distribuição de praças no município de São Paulo, os dados foram compilados e subdivididos por região, onde se verifica o número de praças cadastradas nas subprefeituras (Figura 5A) e suas respectivas áreas (Figura 5B). Desta forma torna-se possível traçar um paralelo com o processo de desenvolvimento industrial e consequente evolução da área urbanizada no município.

De acordo com os gestores das subprefeituras, as informações referentes às praças ainda estão sendo compiladas, sendo um dos motivos que ainda não foram divulgadas nos sítios da prefeitura.





**Figura 5:** Representação gráfica do número de praças e área ocupada por elas por subprefeitura.

Nota-se sobretudo uma incidência menor de praças em regiões onde a expansão urbana é mais recente, como é o caso daquelas na Zona Leste: Itaim Paulista, Ermelino Matarazzo e Cidade Tiradentes.

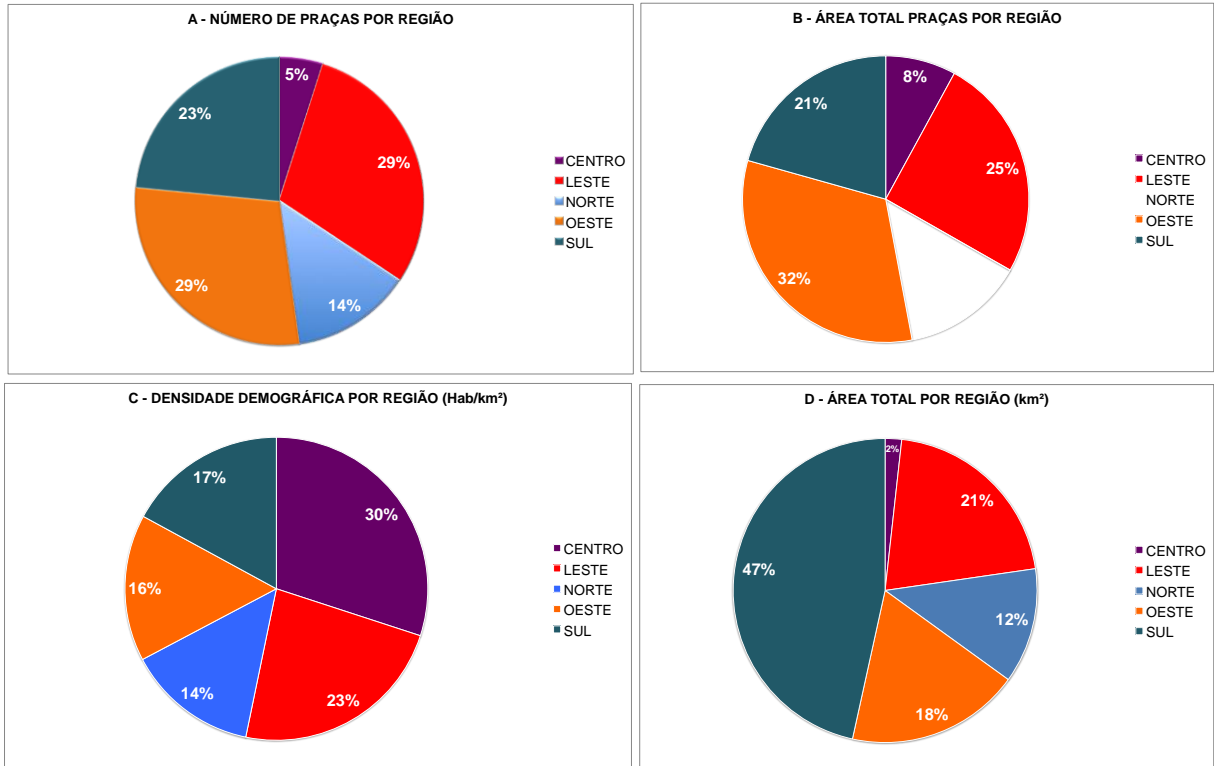
A capital paulista entre 1930 e 1950 passou por um intenso processo de expansão da mancha urbana e crescimento populacional em paralelo com a expansão da localização das atividades industriais e, portanto, do emprego. Até 1940 a Sé era o único bairro com alguma concentração de edifícios verticais. A partir de então, surgiram outros bairros dotados de arranha-céus, como Santa Efigênia, Campos Elíseos, Consolação, Vila Buarque, Jardim

América, Liberdade, Cambuci, Vila Mariana, Paraíso e Aclimação, bairros concentradores de população de rendas mais altas (Marques, 2010).

Em 1950 haviam 420.000 operários trabalhando no setor industrial na cidade. A preferência de localização se dava nos bairros a Leste e Sudeste. Os principais bairros de concentração industrial eram Lapa, Água Branca, Barra Funda, Freguesia do Ó, Casa Verde, Bom Retiro, Pari, Belenzinho, Tatuapé, Penha, Vila Carrão, Mooca, Ipiranga e Vila Prudente. Foi nesses mesmos bairros que continuou a grande concentração residencial do operariado industrial, nas chamadas vilas operárias. O centro da cidade ainda concentrava camadas de população de renda mais altas, que também se concentravam na porção sudoeste da cidade, em bairros tipicamente residenciais (Marques, 2010).

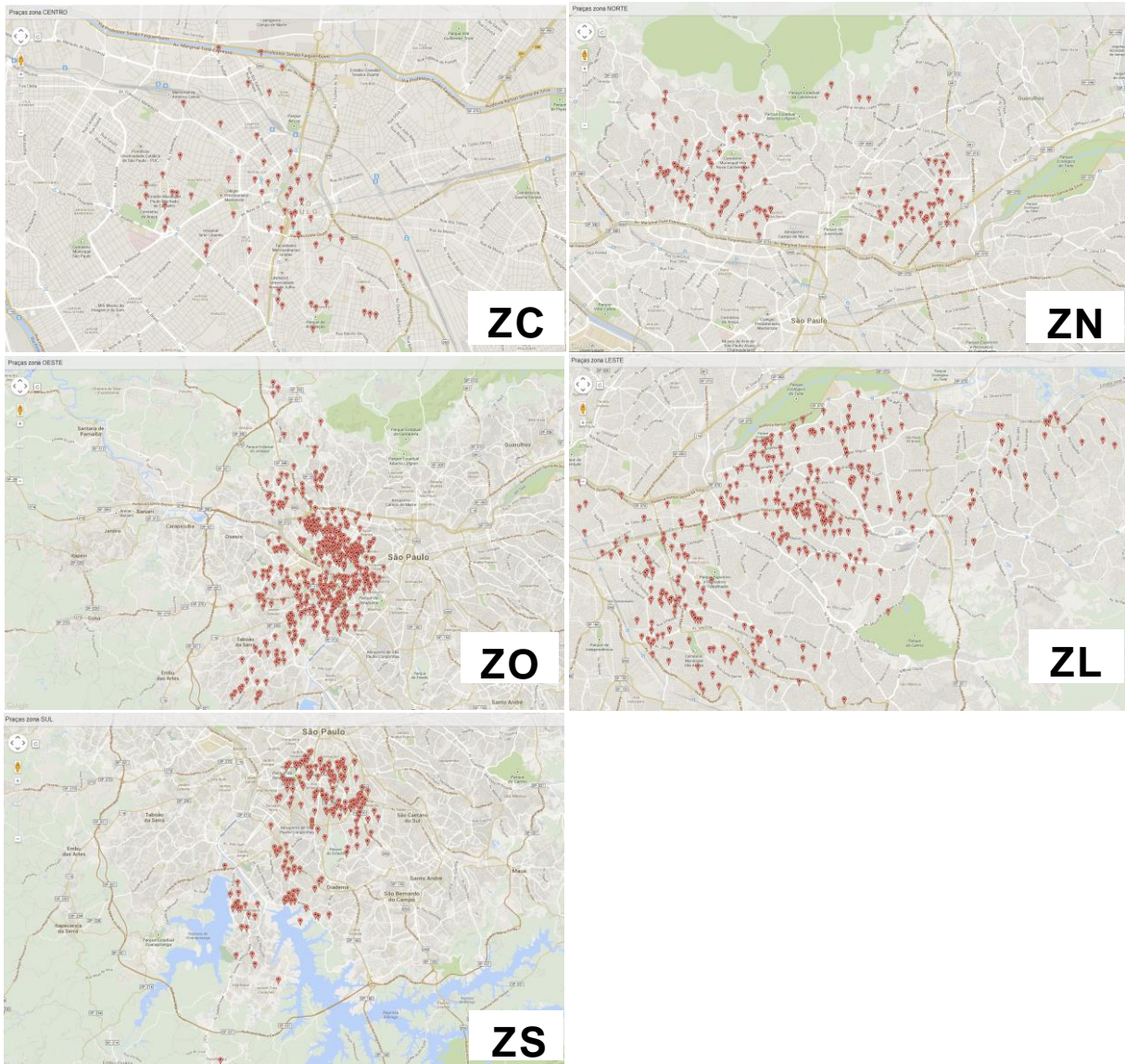
Até a década de 80 o poder público assumiu um caráter intervencionista, provendo a infraestrutura necessária ao desenvolvimento econômico. Em São Paulo, o processo de reestruturação produtiva aconteceu principalmente pós-1990. Com maior flexibilidade de localização, algumas indústrias puderam definitivamente deixar os grandes centros geradores de economias de aglomeração, como a Capital paulista. Se algumas plantas (ou parte delas) foram transferidas da região, outras ali se instalaram, principalmente empresas inovadoras intensivas em ciência e tecnologia e as sedes dos conglomerados financeiro (Marques, 2010).

Na Figura 6, é possível observar o número de praças cadastradas por região do município de São Paulo. As regiões que possuem os maiores números de praças (Figura 6A) são a Leste (29%) e Oeste (29%), seguida por região Sul (23%), região Norte (14%) e Centro (5%). A área total de praças (Figura 6B) segue a mesma tendência: região Oeste (32%), região Leste (25%), região Sul (21%), região Norte (14%) e região Central (8%). Entretanto quando observamos a Figura 6C verifica-se que a densidade demográfica maior é na região central (30%), seguida pela região Leste (23%), região Sul (17%), região Oeste (16%) e região Norte (14%). Por último observa-se na Figura 6D que a menor região em relação a área total é a central, com menor número de praças e maior densidade demográfica respectivamente.



**Figura 6.** Distribuição de praças públicas cadastradas no município de São Paulo nas cinco diferentes regiões. A: número de praças por região; B: área total das praças; C: densidade demográfica e D: área total de praças.

Observou-se que as regiões que mais concentram praças, em quantidade, são a zona Leste (929) e a zona Oeste (910). O mesmo se mostra com relação à área ocupada por praças no município, sendo que na zona Leste são 2.172.645m<sup>2</sup> e na zona Oeste são 2.777.101m<sup>2</sup> (Figura 7). Essas são regiões cuja expansão demográfica é mais recente, são regiões essencialmente residenciais, cujo histórico é de bairros dormitório para aqueles que apenas trabalhavam na região central. As praças exerciam portanto papel importante nessas regiões uma vez que se tornavam única opção de lazer para este público. Hoje a zona Oeste é a região onde se concentra grande parte da elite residente do município, cujo perfil é de valorização de ambientes de maior contato com a natureza e que promovam mais qualidade de vida. Portanto, nesses bairros, principalmente, as praças passam a ser opção, além dos parques, para esse tipo de interação de caráter ambiental.



**Figura 7:** Geoposicionamento de praças públicas no município de São Paulo com divisão por regiões. ZL=Zona Leste; ZS=Zona Sul; ZC=Zona Centro; ZN=Zona Norte; ZO=Zona Oeste.

Nota-se ainda que a região com maior densidade demográfica é a central, com a menor extensão ( $26,2 \text{ km}^2$ ) e menor área ocupada por praças ( $683.672 \text{ m}^2$ ) quando comparadas às demais. O motivo pelo qual isso ocorre pode estar relacionado ao adensamento demográfico e aos investimentos públicos concentrados naquela região principalmente dos anos 40 aos anos 80, além da crescente especulação imobiliária. Sabe-se também que, neste mesmo período, em função da ocupação de áreas afastadas do centro “construiu-se uma imensa mancha periférica, cujas características físicas revelavam a profunda desigualdade socioeconômica de seus moradores” (Meyer, Grostein, & Biderman, 2004). As praças na região central têm características diferentes daquelas de quando foram criadas, à medida em que esses “novos centros” foram surgindo. A região foi ocupada por estabelecimentos e

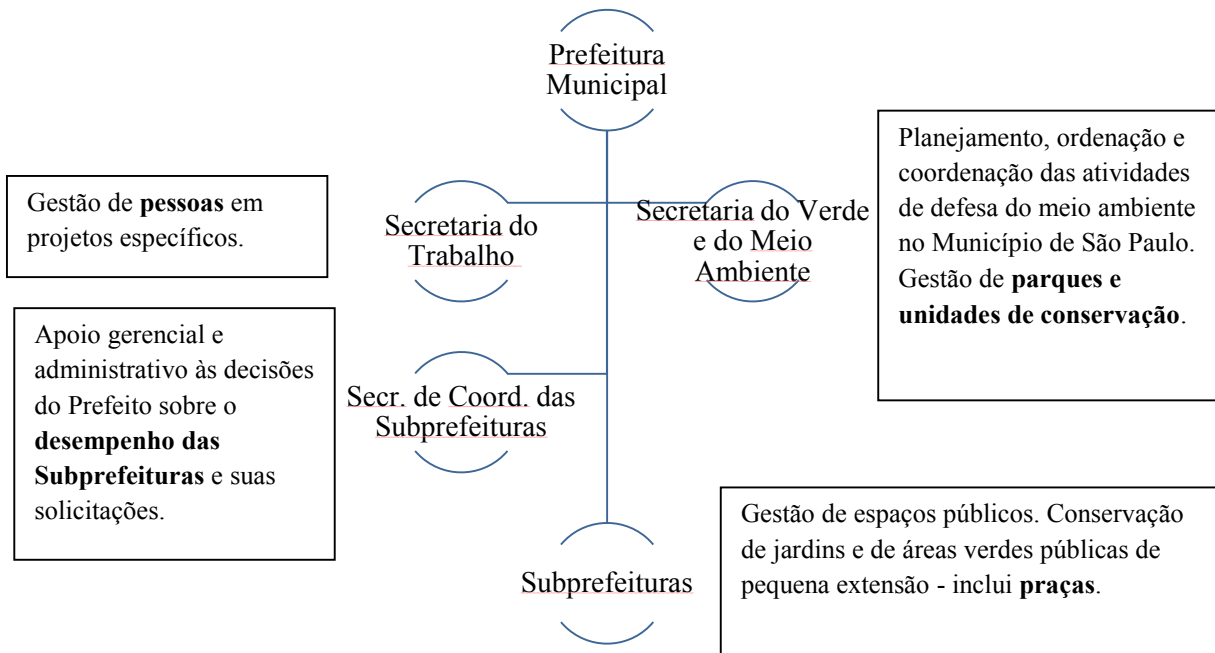
prédios comerciais, portanto há cada vez menos residências, com um público que apenas transita por ali para trabalhar e acaba por não fazer uso das praças. Hoje há uma grande ocupação por moradores de rua, o que acarretou na consequente desvalorização dos imóveis. Isso gera, portanto, uma possível queda na qualidade socioambiental da região. Além disso, restam poucas opções de lazer aos moradores já que o número de praças é reduzido além de serem desprovidas de cuidado pelos próprios usuários.

Além do Centro, a zona Sul também é uma das regiões menos representativas em número de praças, no entanto sabe-se que é a região mais ocupada por florestas no município. A região sofreu um adensamento populacional rápido e explosivo, além de intensa especulação imobiliária, o que em partes pode ter impedido maior ocupação com espaços como praças. Portanto nesta região as praças exerceriam sobretudo uma função mais social e de lazer, embora contribuam também para o aumento do índice de cobertura vegetal.

Assim como em São Paulo, como demonstrou este estudo, nota-se em outras cidades no mundo, como em Singapura por exemplo, que a urbanização e períodos marcados pela industrialização também provocam um padrão de distribuição de áreas verdes urbanas bastante heterogêneo (Tan, Wang , & Sia , 2013). Neste contexto, sugere-se a viabilização de metodologias, como a de Morero, Santos & Fidalgo (2007), que permitam a identificação e hierarquização das áreas prioritárias à implantação de áreas verdes no município. Neste caso específico, as autoras desenvolveram uma proposta para um ordenamento territorial, por meio de análise espacial.

## *5.2 Gestão de praças no município de São Paulo*

A prefeitura da cidade de São Paulo há muito persegue um modelo de gestão descentralizada dos espaços públicos que, com exceção dos parques geridos pela Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente (SVMA), é feita pelas subprefeituras (Figura 8).



**Figura 8:** Modelo de administração municipal descentralizado: Instâncias públicas e sua atuação, direta ou indireta, na gestão de áreas verdes urbanas do município de São Paulo. (FONTE: A autora)

Bons espaços públicos estimulam a permanência e aumentam as chances de contato entre as pessoas. Apesar de estar-se falando do desenho urbano como um todo, muitas vezes isso se traduz em detalhes como a limpeza e a manutenção, por exemplo (Laredo & Somekh, 2014). Este é o papel que hoje desempenham as subprefeituras do município de São Paulo. Cabe a elas assegurar a conservação de espaços públicos tais como das praças, portanto o processo administrativo, aqui denominado gestão.

Essa gestão de praças ocorre no âmbito da divisão de “áreas verdes” nas subprefeituras, na qual a maioria dos profissionais contratados têm como formação acadêmica Agronomia ou Ciências Biológicas, o que nos leva a crer que talvez haja uma tendência na gestão pública de reforço no papel ambiental que esses espaços possam exercer além do social, quando bem geridas.

Portanto, para melhor compreensão do que se entende por “área verde” e “praças”, conceitualmente, pelos gestores de praças, no município de São Paulo, foi feita uma análise do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) (Quadros 1 e 2), para que, em seguida, pudesse se comparar às definições encontradas em literatura (Quadro 4).

"Áreas verdes urbanas"		
A	Áreas públicas que apresentam vegetação e são cuidadas pelas subprefeituras	16,6%
B	Áreas públicas ou privadas que apresentam vegetação	8,3%
C	Áreas que apresentam vegetação e mobiliário urbano	4,16%
D	Áreas públicas e impróprias para construção de moradias	20,83%
E	Áreas que apresentam vegetação, permeabilidade	25%
F	Área que não é praça	8,3%
G	Conceito subjetivo, mas são áreas que estão livres	4,16%
H	Ideia central excluída	12,5%

**Quadro 1.** Definição de *áreas verdes urbanas* de acordo com os gestores de praças entrevistados no município de São Paulo, SP.

**O DSC E, *áreas que apresentam vegetação, permeabilidade*, foi a ideia mais compartilhada entre os entrevistados em relação à questão, resultando neste discurso:**

“Áreas verdes são todas as áreas ajardinadas, que têm plantas ou espécies arbóreas. Ou seja, são áreas com vegetação, ou permeáveis.”

"Praças"		
A	Não existe critério técnico para denominação de praça	8,3%
B	Espaços públicos urbanos que propiciam convivência e recreação para os usuários	20,83%
C	Áreas com mobiliário urbano	20,83%
D	São lugares abertos ao público	8,3%
E	Área pública passa a ser denominada praça à partir de decreto pela câmara de vereadores e publicação do nome em diário oficial	29,16%
F	A praça é uma subdivisão de uma área verde.	4,16%
G	Área ajardinada, permeável segundo novo plano diretor. Deve ser aberto para a população.	4,16%
H	Ideia central excluída	4,16%

**Quadro 2.** Definição de *praças* de acordo com os gestores de praças entrevistados no município de São Paulo, SP.

**O DSC E, *Área pública passa a ser denominada praça à partir de decreto pela câmara de vereadores e publicação do nome em diário oficial*, foi a ideia mais compartilhada entre os entrevistados em relação à questão, resultando neste discurso:**

“Uma área pública passa a ser denominada praça à partir do momento em que é decretado pela câmara de vereadores e publicado o nome em diário oficial. A subprefeitura não tem autonomia para decidir que irá fazer uma praça. É um processo primeiro burocrático, só depois disso entramos com a execução. O requisito para que vire praça é necessário uma lei. Isso é feito pelos vereadores. A praça sem nome, você só pode dar o nome de pessoas já

falecidas, por exemplo, para colocar o nome do meu pai que já é falecido, numa praça, deve-se levar a história dele pra algum vereador que queira fazer a lei e denominar a praça.”

**Os DSC B, *Espaços públicos urbanos que propiciam convivência e recreação para os usuários*, foi uma das ideias mais compartilhadas depois do E, resultando neste discurso:**

“Praças são espaços públicos urbanos que propiciam convivência e recreação para os usuários. Possuem equipamentos que possibilitam o lazer e o relaxamento. A praça é uma área aberta para as pessoas se reunirem. Têm uma conotação de convívio, uso, contemplação, bem estar e prática de esportes. Espaço público para uso coletivo, em que existe a circulação, interação de pessoas. Tem viés de lazer, prática de esporte e expressão cultural. Extrapola o conceito de área verde.”

**Os DSC C, *Áreas com mobiliário urbano*, foi uma das ideias mais compartilhadas depois do E, resultando neste discurso:**

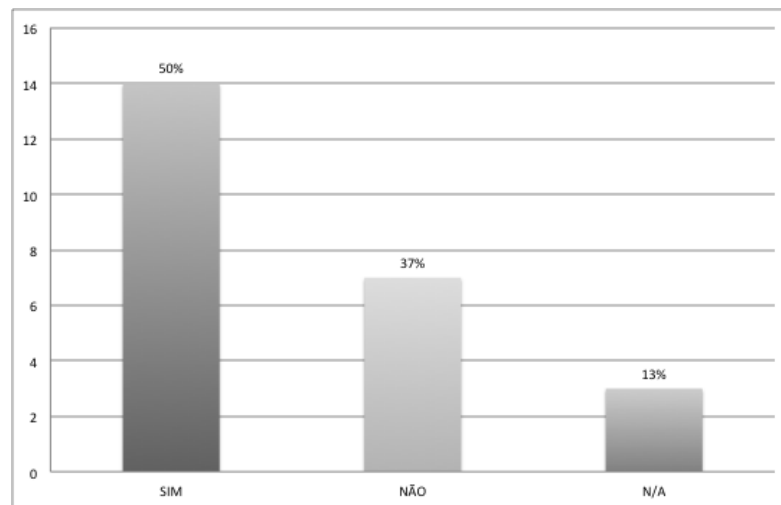
“A praça deve ter calçada, banquinhos, equipamentos, uma área urbanizada. Praça na realidade tem que ter pelo menos um banquinho pra gente sentar...tem muitos lugares que chamam de praça mas não tem nada. Praças são áreas menores [que áreas verdes] e que geralmente possuem equipamentos como banco, aparelhos de ginástica e área para crianças. As praças sob nossa administração são áreas com bancos, aparelhos de ginástica, brinquedos para crianças enfim, com mobiliário urbano.”

Sugere-se então, que à partir dos DSC, a definição de praças para os gestores públicos é: “uma área pública passa a ser denominada praça à partir do momento em que é decretado pela câmara de vereadores e publicado o nome em diário oficial. São espaços públicos, com mobiliário urbano, que propiciam convivência e recreação para os usuários”. Portanto, ainda que citado por alguns, não fica evidente, pelo discurso, a relevância do papel ambiental desses espaços.

As definições adotadas pelos gestores para áreas verdes se assemelham àquelas encontradas em literatura e são bastante coesas, no entanto percebe-se que ainda não há consenso com relação à definição de praças. Por um lado, por definição, são consideradas áreas verdes, mas por outro, nem todas apresentam vegetação, portanto não se enquadrariam neste critério de classificação. Alguns gestores afirmam que é obrigatório que as praças apresentem algum tipo de vegetação, principalmente pelos benefícios socioambientais,



mesmo que hoje existam muitas sem verde. Outros relatam que, embora seja importante, não é necessário que estes espaços sejam arborizados, pois seu papel principal é social (Figura 9).



**Figura 9.** Respostas dos gestores quanto à presença de vegetação nas praças: Espaço público sem vegetação pode ser classificado como praça?

Com a revisão do Plano Diretor do município, critérios deverão ser seguidos em relação à constituição de uma praça, já que se enquadram no sistema de áreas verdes do município e são classificadas como “área verde pública de pequena extensão”, a exemplo da necessidade de ser composta por uma taxa mínima de permeabilidade (Quadro 3), no entanto não se garante que esses parâmetros serão de fato adotados principalmente em função da grande demanda por manutenção que as subprefeituras atendem atualmente.

A (m <sup>2</sup> )	T.P	T.O	C.A
$A \leq 1000$	0,8	0,1	0,1
$1000 < A \leq 10.000$	0,8	0,1	0,2
$10.000 < A \leq 50.000$	0,9	0,1	0,3
$50.000 < A \leq 200.000$	0,8	0,1	0,1
$> 200.000$	0,8	0,05	0,05

**Quadro 3.** Nas áreas verdes públicas, existentes e futuras, integrantes do Sistema Municipal de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres, poderão ser implantadas instalações de lazer e recreação de uso coletivo, obedecendo-se aos parâmetros urbanísticos aqui especificados. Onde A - Área do Terreno; T.P - Taxa Mínima de Permeabilidade, calculada sobre a área livre; T.O - Taxa Máxima de Ocupação; C.A - Coeficiente Máximo de Aproveitamento. (FONTE: Plano Diretor Estratégico de SP. Lei 16.050/2014)

Os gestores são cientes de que o novo plano diretor classifica praça como área verde e, portanto, deve apresentar vegetação, ou área permeável. No entanto eles ainda apontam para a existência de praças sem vegetação no município, o que acaba por restringi-las a um papel social, e não necessariamente ambiental, que parece ser aceitável na visão deles (Quadro 4).

<b>Praça</b>	
<b>Autor</b>	<b>Definição</b>
De Angelis et al. (2004)	classifica praças como: <b>praças de igreja, de descanso ou recreação, de circulação, monumental e de significação visual.</b>
McColl (2002)	<i>"espaços públicos, compartilhados, que estão disponíveis para todos usarem."</i>
Harder, Ribeiro, & Tavares (2006)	<i>"São pontos de encontro, cuja principal função é incentivar a vida comunitária, são áreas verdes com dimensões, em geral, entre 100m<sup>2</sup> e 10ha"</i>
Oliveira & Mascaró (2007)	<i>"A praça é um <b>espaço aberto público [de lazer]</b> cercado de ruas por todos os lados, concebido como espaço intencional de encontros sociais e atividades de lazer. Tem primazia na sua <b>função social</b>, de encontros e acontecimentos sociais, <b>onde o verde pode ou não estar presente.</b>"</i>
Lima Neto (2007)	<i>"Uma vez sem vegetação e impermeabilizadas, elas não podem ser consideradas áreas verdes"</i>
Gestores de praças em São Paulo	<b>Área verde pública de pequena extensão.</b> Uma área pública passa a ser denominada praça à partir do momento em que é <b>decretado pela câmara de vereadores e publicado o nome em diário oficial.</b> São espaços públicos, com mobiliário urbano, que <b>propiciam convivência e recreação para os usuários.</b>
<b>Área verde</b>	
<b>Autor</b>	<b>Definição</b>
Benini & Martin (2011)	Define como: <b>área verde pública</b> é todo espaço livre ( <b>área verde/lazer</b> ) de uso comum e que <b>apresente algum tipo de vegetação</b> (espontânea ou plantada), que possa contribuir em termos <b>ambientais</b> (fotossíntese, evapotranspiração, sombreamento, permeabilidade, conservação da biodiversidade e mitigue os efeitos da poluição sonora e atmosférica) e que também seja utilizado com <b>objetivos sociais, ecológicos, científicos ou culturais.</b>
Caporusso & Matias (2008)	<i>"...um conceito adequado para áreas verdes urbanas deve considerar que estas sejam uma categoria de espaço livre urbano <b>composta, predominantemente, por solo permeável e vegetação arbórea e arbustiva</b> (inclusive pelas árvores no leito das vias públicas, desde que estas atinjam um raio de influência que as capacite a exercer as funções de uma área verde), <b>de acesso público ou não</b>, e que exerçam minimamente as funções ecológicas, estéticas e de lazer."</i>
Harder, Ribeiro, & Tavares (2006)	"Termo que se aplica a diversos tipos de espaços urbanos, que <b>proporcionam interação das atividades humanas com o meio ambiente</b> ".
Silva & Vargas (2010); Priemus (1999)	"cumprem funções relevantes como a de <b>produzir oxigênio, esfriar o ar</b> por meio de sua transpiração e <b>absorver poluentes</b> ".
Mishra & Pandit (2011)	Definem como: <b>espaços públicos ao ar livre</b> , em áreas urbanas, <b>predominantemente permeável</b> , com terra, grama, arbustos ou árvores. Cobertas sobretudo por vegetação, que <b>são diretamente utilizados para recreação</b> ativa ou passiva, ou <b>indiretamente utilizados em virtude da sua influência positiva sobre o ambiente urbano, acessíveis e que servem às diversas necessidades dos cidadãos</b> e, portanto, para <b>melhorar a qualidade de vida nas cidades ou regiões urbanas.</b>
Balooni, Gangopadhyay & Kumar (2014)	Define como: <b>proporcionam benefícios sociais, ecológicos e econômicos</b> que contribuem para o aumento de habitabilidade, equidade e sustentabilidade nas cidades
Gestores de praças em São Paulo	Áreas verdes são todas as <b>áreas ajardinadas</b> , que têm plantas ou espécies arbóreas. Ou seja, <b>são áreas com vegetação, ou permeáveis.</b>

**Quadro 4.** Definição de *áreas verdes urbanas* e de *praças* de acordo com o que foi levantado em literatura e, por fim, de acordo com os gestores de praças entrevistados no município de São Paulo, SP. (FONTE: A autora)

Alguns gestores apontam para praças como potenciais indicadores ambientais, se de fato esses critérios fossem atendidos e se todas apresentassem algum tipo de vegetação. Há uma grande preocupação com as espécies que se deve plantar e no potencial ecológico que uma área arborizada e bem cuidada pode apresentar. É evidente também que na visão do gestor as praças exercem, sobretudo, importante função social. As entrevistas revelam que uma praça é constituída à partir do momento em que é decretado pela câmara de vereadores e publicado o nome em diário oficial, e à partir de então serão administradas e mantidas pela unidade de áreas verdes da respectiva subprefeitura, caso apresentem uma extensão de até 5000m<sup>2</sup>. Desta forma, hoje, qualquer espaço público pode se tornar uma praça, independente de suas características socioambientais.

Importante ressaltar que, muito embora as praças sejam consideradas espaços para convivência e lazer (independente de vegetação), as entrevistas mostram que o contato com a natureza é um dos fatores que levam os usuários a frequentarem as praças na visão dos gestores (Quadro 5).

Motivos que levam os usuários a frequentar as praças no município de São Paulo		
A	Socialização, interação com os vizinhos, lazer, ar livre	21%
B	Convivência, diversão e prática de esporte / exercício (equipamentos de ginástica, playground, bancos, quadras)	33%
C	Contato com a natureza, ar livre, reflexão, caminhadas	29%
D	Depende das características do bairro e sua população.	8%
E	Local bem cuidado, agradável	4%
F	Ideia central excluída	4%

**Quadro 5:** Visão dos gestores de praças em São Paulo sobre motivos que levam pessoas a frequentarem praças

**O DSC B, *Convivência, diversão e prática de esporte / exercício*, foi a ideia mais compartilhada entre os entrevistados em relação à questão, resultando neste discurso:**

“As praças são atraentes porque hoje tem equipamentos, aparelho de ginástica, uma quadra, playground e bancos para o descanso e contemplação. Tendo atrativos, as pessoas ocupam a praça. Os aparelhos de ginástica estão atraindo muito as pessoas ao convívio e lazer pois enquanto uma mãe utiliza o aparelho, as crianças brincam no *play ground*. Hoje em dia o que mais tem atraído a população para as praças são os aparelhos de ginástica e normalmente o município gosta da praça também para levar as crianças para passear. As praças são locais que as crianças procuram para brincar, os adultos para se relacionar, enfim é um local de convívio. A pessoa busca numa praça área para convivência, diversão e exercícios e isso ocorre principalmente nas regiões mais carentes em que as opções de lazer são poucas.”

**O DSC C, *Contato com a natureza, ar livre, reflexão, caminhadas*, foi uma das ideias mais compartilhadas depois do B, resultando neste discurso:**

“A pessoa procura um contato com a natureza, contemplação, reflexão, ar livre e sair do apartamento. As pessoas que frequentam as praças são as que gostam de verde e a cidade está um pouco carente disso.”

Levando esses aspectos em consideração, procurou-se identificar os critérios para instalação de equipamentos em praças (Quadro 6) e os resultados mostram que a maioria das subprefeituras procura atender às demandas do município com relação aos equipamentos que são instalados nas praças, seja por meio da câmara de vereadores, seja por meio da central de atendimento da própria subprefeitura. Além disso, embora na maioria dos casos a manutenção de praças se resuma a limpeza, corte de grama e poda em função da segurança, há uma preocupação por parte dos gestores com a conservação de espécies nativas nessas áreas. Para isso atendem às normas de arborização urbana da prefeitura, que inclusive é um documento público e pode ser acessado pela população que tenha interesse em fazer plantio, para evitar que haja um desequilíbrio ecológico em função de espécies exóticas plantadas equivocadamente, como acontecia antigamente.

<b>Critérios adotados para definição de equipamentos e vegetação para praças</b>		
A	Normas de arborização urbana da prefeitura, rusticidade, durabilidade, segurança, fácil manutenção.	12,50%
B	Demandas do município	29,16%
C	Demandas do município para equipamentos. Para vegetação normas de arborização urbana da prefeitura, rusticidade, durabilidade, segurança, fácil manutenção.	16,60%
D	Planta-se árvores mais resistentes	4,16%
E	Equipamentos são escolhidos em conjunto com a secretaria de obras públicas. Agrônomo orienta quanto a espécies que devem ser plantadas	4,16%
F	O histórico e as características da área determinam o que será implantado lá	12,50%
G	Consenso técnico entre engenheiros civis, agrônomos, arquitetos	4,16%
H	Cada sub pode elaborar um projeto específico para os itens vegetação e equipamentos.	4,16%
I	Ideia central excluída	12,50%

**Quadro 6.** Critérios adotados para definição de equipamentos e vegetação de acordo com os gestores de praças entrevistados no município de São Paulo, SP.

**O DSC B, *demandas do município*, foi a ideia mais compartilhada entre os entrevistados em relação à questão, resultando neste discurso:**

“Os pedidos dos moradores determinam, na maior parte das vezes, a definição dos equipamentos a serem instalados nas praças. O critério da escolha dos equipamentos e da vegetação a ser colocados numa praça vem muito da solicitação dos moradores, isso costuma nortear nossas ações. Conversando com os moradores tentamos levantar quais as necessidades deles e aí é que são definidas as melhorias a serem feitas. O critério para implantação dos equipamentos vem do setor de planejamento que procura atender os pedidos dos munícipes através dos políticos que fazem o meio de campo.”

**O DSC C, *Demandas do município para equipamentos. Para vegetação normas de arborização urbana da prefeitura, rusticidade, durabilidade, segurança, fácil manutenção, foi a ideia mais compartilhada entre os entrevistados em relação à questão, depois do DSC B, resultando neste discurso:***

“Antigamente não havia critério, mas hoje seguimos as normas de arborização urbana da prefeitura. Plantamos só espécies nativas. A escolha de equipamentos depende das demandas da comunidade e recursos. Nós temos que atender o anseio da comunidade, existe uma demanda. Por exemplo, Academias da Terceira Idade (ATI) são bastante demandadas. Tem critérios técnicos como de topografia da praça por exemplo que devemos seguir. Uso da praça, por quem é frequentada, também são critérios para incrementarmos com outros equipamentos como brinquedos para crianças por exemplo. A vegetação trabalhamos com a escolha de espécies rústicas, perenes e de fácil manutenção. Dentro de um manual que a gente segue de arborização, existem algumas de recomendações para a arborização de praças. Só utilizamos espécies nativas e de preferência do estado de São Paulo. O aspecto de segurança deve ser pensado nesse processo de plantio (não prejudicar luminosidade). Ou seja, pensamos em aspectos paisagísticos e ambientais.”

### *5.3 Desafios, práticas e projetos na gestão de praças em São Paulo*

Durante as entrevistas, alguns aspectos em comum foram considerados desafios para a administração atual de praças públicas em São Paulo (Quadro 8).

<b>Desafios apontados</b>	<b>Número de gestores que afirmaram (%)</b>
Inventário de praças inexistente	100%
Falta de consciência e vandalismo (acarreta maior esforço para manutenção)	52%
Há poucas equipes para atender a todas as demandas	43%

Falta de recursos para planejamento, manutenção e irrigação das praças	34%
Terceirização da mão de obra ineficiente	4%
Viveiros de mudas não têm capacidade para atender demanda	4%
Presença de mendigos	4%

**Quadro 8.** Desafios apontados pelos gestores de praças entrevistados no município de São Paulo, SP.

Um dos maiores desafios encontrados na gestão de praças, conforme verificado nas entrevistas, é o vandalismo, a ocupação irregular e a falta de equipes suficientes para atender às demandas de planejamento e operacionais. Assim, alguns projetos, práticas e dispositivos legais foram criados para otimizar o trabalho das subprefeituras e, de certa forma, desafogá-las (Quadro 7). Alguns ainda estão em funcionamento, mas outros foram descontinuados por falta de recurso.

Projetos, Práticas e Dispositivos Legais	Número de gestores que citaram (%)	Descrição	OBS
Zeladoria de praças	56%	Parceria entre a Secretaria do Trabalho, que contratava as pessoas que tinham baixa escolaridade, e dava cursos para que tivessem oportunidade de voltar ao mercado de trabalho, a SVMA, que dava equipamentos e o curso de jardinagem, e as Subprefeituras, forneciam e administravam as praças.	Projeto descontinuado.
Termos de cooperação	18%	Lei no 14.223. Empresa ou pessoa física podem se tornar responsáveis, e investir na manutenção de melhorias urbanas, ambientais e paisagísticas, bem como à conservação de áreas municipais, em consonância com o disposto no artigo 24 da Lei no 14.517, de 16 de outubro de 2007, durante o período de, no máximo, 2 anos.	Seriam eficientes se o processo para adesão não fosse burocrático.
Parceria informal com ONG	6%	Voluntários são convocados para contribuir com a manutenção de praças, plantar mudas, instalar equipamentos, etc.	Funciona bem para ações pontuais em que haja engajamento local
Trabalho conjunto com engenheiro civil	6%	Trabalho de revisão de contratos em conjunto com engenheiro civil, para assegurar efetividade das equipes e melhor acuracidade nos plantios.	Otimiza a gestão

**Quadro 7:** Projetos, práticas e dispositivos legais que, na visão dos gestores, contribuem (ou contribuirão) positivamente para a manutenção de praças

Percebe-se que, no âmbito da gestão, existe um consenso sobre aquilo que pode ser feito para que de fato seja implementado um processo administrativo que permita que os gestores exerçam um papel mais estratégico e menos operacional. Muitos dos entrevistados

mostram-se empenhados em contribuir para melhorar a região em que atuam e são proativos na implementação de práticas e projetos que independem de outras instancias.

Um desses casos chamou bastante atenção, pela visão estratégica que apresenta. Trata-se da Subprefeitura de Itaquera, região de muitos terrenos baldios, beirando rios e que a população costuma invadir para moradia. Historicamente, na medida em que a cidade cresce, centros secundários de serviços surgiram nos bairros. A concentração de famílias de baixa renda, sem acesso social e econômico ao centro principal, estimula a formação de subcentros de comércio e serviços a elas dedicados. Em Itaquera, as favelas, vizinhas aos conjuntos habitacionais, também aumentam, em tamanho e número na década de 1970, devido à diminuição da oferta de lotes periféricos, a população pobre passou a ocupar as áreas sobrantes do mercado, incluindo as margens dos córregos (Saraiva, 2008).

Portanto, o trabalho que o gestor da subprefeitura de Itaquera executa é de muito jogo de cintura no trato com os moradores. Além de criar novas praças, o trabalho nesta localidade visa ganhar a consciência da população do entorno para que ajudem a vigiar e conservar esses espaços (Figuras 10, 11 e 12).



**Figura 10 A e B:** Terreno baldio que está sendo transformado em praça, em Itaquera, com o intuito de inibir o vandalismo, a presença de marginais e evitar o descarte de lixo. (CRÉDITOS: Vera Landioso)



**Figura 11:** Aproveitamento e direcionamento das águas de uma nascente, localizada em espaço público, para transformá-la em córrego de água limpas. (CRÉDITOS: Vera Landioso)



**Figura 12:** Nascente que dá origem ao córrego, protegida por cobertura de cimento. (CRÉDITOS: Vera Landioso)

No entanto, enquanto houver um desencontro entre aquilo que é necessário implementar (responsabilidade das subprefeituras) e o que é planejado (responsabilidade da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente), haverá lacunas na gestão, falta diálogo entre as instâncias públicas. O atual Plano Diretor apresenta muitas propostas, no entanto não se caminhou ainda para a implementação de fato.



A literatura indica uma tendência global para implementação de melhorias na gestão de áreas verdes urbanas. Um exemplo a ser perseguido, poderia ser o adotado na Dinamarca, salvo as regionalidades, segundo Lindholst (2008), para melhorar a contratação de manutenção do espaço verde em parques e jardins históricos, se deu por meio da implementação de um *sistema de gestão de desempenho*. O autor então aponta para um novo conjunto de princípios relacionados com o papel de coordenação, comunicação, motivação, e (des)centralização do poder. Essa nova concepção e gestão de contratos de manutenção de áreas verdes, ajudaria os gestores de áreas verdes urbanas a elaborar projetos e práticas de gestão mais adaptados para a manutenção desses espaços. Esta visão contempla, portanto, as fases do processo administrativo, apresentadas por Chiavenato (2003), e traz luz para o padrão de manutenção de praças identificado neste estudo, no qual uma das principais dificuldades apontada foi a de que as equipes de manutenção de áreas verdes são insuficientes para atender às demandas das subprefeituras.

Outra tendência evidenciada por alguns estudos é a do desenvolvimento de ferramentas de avaliação, indicadores de qualidade e de performance de áreas verdes urbanas, nos mais diversos níveis, o que de certa forma representa avanços na gestão e na valorização desses espaços em nível mundial (Gidlow, Ellis, & Bostock, 2012; Azadi, Ho, Hafni, Zarafshani, & Witlox, 2011; Chen & Jim, 2008), embora em São Paulo não pareça uma realidade tão próxima.

Corroborando com as conclusões de Oliveira e Mascaró (2007), é fato que a inserção desses espaços na malha urbana são desafiadores, tanto pelas mudanças nas demandas da sociedade, como também pelos limites legais do poder público, bem como e pelas forças do mercado imobiliário. Desta forma, o crescimento desordenado das cidades e as políticas de gerenciamento nem sempre contemplam o interesse coletivo, ao mesmo tempo criam reflexos na distribuição, tipologia e manutenção desses espaços públicos, favorecendo apenas parte da população.

Embora este trabalho tenha mostrado que ainda não há sinais de uma gestão propriamente dita para praças no município de São Paulo, os resultados corroboram com os estudos de Azadi et al (2011) que, além de elencaram alguns indicadores de performance para áreas verdes urbanas, afirmam que o papel influente do Estado e da sociedade devem ser considerados no processo de gestão. O envolvimento da "sociedade" também contribui para o desempenho, e além disso, "regulação" é necessária como uma base jurídica para a gestão de áreas verdes.

## 6. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Essa pesquisa revela a necessidade de que, embora a gestão das praças da cidade de São Paulo seja atribuição das distintas subprefeituras que compõe a prefeitura municipal, os dados referentes às praças paulistanos devem ser divulgados e analisados de modo centralizado com vistas a promover uma gestão mais eficiente das existentes e orientar a criação de novos espaços dessa natureza, principalmente, nas regiões que se revelam mais carentes nesse sentido. Um aspecto evidenciado neste trabalho é a necessidade de um inventário, ainda inexistente, de áreas verdes urbanas, para que, a partir daí, crie-se um processo administrativo condizente com a realidade de cada sub região. Desta forma, é muito positivo o fato do Plano Diretor Estratégico, recém aprovado, prever a estruturação e publicação do cadastro georreferenciado das praças do município de São Paulo. A gestão de áreas verdes urbanas é descentralizada, com instrumentos de auxílio burocratizados, o que inviabiliza investimentos em planejamento ou projetos de melhoria.

Os resultados aqui apresentados corroboram com as definições conceituais sobre praças encontradas em literatura, que, sob uma ótica mais tradicional, definem que elas exercem, essencialmente, uma função social. Ainda não há consenso atualmente a respeito do papel ambiental que as praças podem exercer, apesar dos profissionais muito qualificados para gerir essas áreas como tal. Embora esteja claro no discurso dos gestores públicos que este seja um papel das áreas verdes, e que seja de extrema importância para o desenvolvimento urbano sustentável, as praças parecem não estar conceitualmente inseridas neste contexto ainda. Por outro lado, muitos gestores vislumbram uma proposta de médio e longo prazo que seria o de, por meio de um plano estruturado, constituir corredores ecológicos interligando praças aos parques e florestas urbanas no município de SP. Neste sentido, o próprio Plano Diretor Estratégico (Art. 273), já propõe essa conexão.

Não há indícios de que existe planejamento, organização, direção e controle (modelo de gestão) de praças em São Paulo. O que existe é uma administração precária para manutenção dessas áreas. A atuação dos órgãos públicos nas praças é operacional. É diferente do que ocorre nos parques por exemplo. A descentralização na gestão desses espaços públicos, portanto, por um lado é positiva, pois dá autonomia e agilidade às subprefeituras na implementação, mas por outro dificulta, pois dependem de planejamento e controle de recursos provindos de outras instâncias municipais, que não se envolvem diretamente. Um dos desafios apontados, portanto, é a implementação de um sistema de gestão para dar

funcionalidade a estes elementos integradores, depois de completada a fase de implantação do Sistema de Áreas Verdes (SAV) comentado nas entrevistas.

Sabe-se que o Plano Diretor Estratégico (Art. 195) propõe melhorar a relação de áreas verdes por habitante do município. Ainda que na cidade hajam outros espaços públicos considerados áreas verdes, assume-se pelas informações levantadas aqui, que a área ocupada por praças representa uma parcela muito pequena ainda (em média  $0,78\text{m}^2/\text{habitante}$ ) da recomendação da Sociedade Brasileira de Arborização Urbana, que estabelece um mínimo de  $15\text{ m}^2/\text{habitante}$  de áreas verdes públicas destinadas à recreação (Harder, Ribeiro, & Tavares, 2006).

A pesquisa permite ainda identificar a relevância sobre o estudo de áreas verdes urbanas no município de São Paulo para a promoção da sustentabilidade no ambiente urbano. Os resultados podem contribuir para futuras tomada de decisão quanto à criação, planejamento e manutenção desses espaços verdes públicos no município de São Paulo.

## 7. CONTRIBUIÇÕES PARA A PRÁTICA

Este trabalho contribui para que se torne público o mapeamento de praças cadastradas no município de São Paulo, e assim se possa dar continuidade aos estudos sobre estas áreas verdes urbanas.

Sugere-se que estas informações sejam aprimoradas e levadas em consideração para futuras tomadas de decisão quanto à criação, planejamento e manutenção de praças no município de São Paulo. Para tal torna-se necessária a elaboração do inventário dessas áreas, além da criação de indicadores que apontem de forma mais precisa a melhor relação entre população e a disponibilidade de áreas verdes urbanas em determinados espaços.

Outras oportunidades são ressaltadas neste trabalho, tais como os instrumentos apontados para melhorar a gestão de praças em função, principalmente, da falta de equipes suficientes. Instrumentos como os *Termos de Cooperação* e projetos como o de *Zeladoria* de praças, otimizam a gestão pública de praças e deveriam ser desburocratizados e estimulados como forma de ampliar a capacidade de atendimento às demandas e apropriação desses espaços pela sociedade.

Outras práticas que mostram-se positivas no contexto da gestão, podem ser replicadas e aprimoradas, como por exemplo o uso do manual de espécies arbóreas, criado pela prefeitura municipal, como forma de valorização e conservação da biodiversidade no ambiente urbano, plantando-se apenas espécies nativas e respeitando-se os limites e equipamentos urbanos, por exemplo. Os projetos elaborados por equipe multidisciplinar para a criação e gestão de praças, além do Sistema de Áreas Verdes, que ora se cria, também podem vir a contribuir para um processo mais eficiente. Além disso, um trabalho de educação ambiental, que engaje as equipes gestoras de praças (nas subprefeituras) pode trazer alguns resultados tão positivos quanto os alcançados atualmente no que tange à gestão de parques urbanos.

Um aspecto destacado por muitos gestores como uma possibilidade num futuro próximo, é o de se estruturar um plano para constituição de corredores ecológicos interligando praças aos parques e florestas urbanas no município de SP, conforme estabelece o Plano Diretor Estratégico (Art. 273). Sob uma ótica mais moderna de gestão, desta forma as praças poderiam representar grande contribuição para a conservação da biodiversidade, e melhorar a relação áreas verdes por habitante em SP, para que de fato se façam cumprir as funções socioambientais.

## REFERÊNCIAS

- Acelrad, (2009). A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas. In: H. Acelrad, *A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas* (p. 254). Rio de Janeiro: Lamparina.
- Acelrad, H. (2013). Discurso da sustentabilidade urbana. *Anais: Encontros Nacionais da ANPUR*, 8.
- Almada, E. D. (2010). Sociobiodiversidade Urbana: por uma etnoecologia das cidades. *Etnobiologia e etnoecologia: pessoas & natureza na América Latina*, 1, 37-64.
- Azadi, H., Ho, P., Hafni, E., Zarafshani, K., & Witlox, F. (2011). Multi-Stakeholder Involvement and Urban Green Space Performance. *Journal of Environmental Planning and Management*, 54 (6), 785-811.
- Balooni, K., Gangopadhyay, K., & Kumar, B. M. (2014). Governance for private green spaces in a growing Indian city. *Landscape and Urban Planning* (123), 21-29.
- Bardin, L. (1979). *Análise de conteúdo* (70 ed.). Lisboa.
- Bartalini, V. (1999). Parques públicos municipais de São Paulo: a ação da municipalidade no provimento de áreas verdes de recreação. *Tese de doutorado*. São Paulo, SP: FAUUSP.
- Benini, S. M., & Martin, E. S. (2011). Decifrando as áreas verdes públicas. *Formação (online)*, 2.
- Berg, B. L., & Lune, H. (2004). *Qualitative Research Methods for the Social Sciences* (7 ed., Vol. 5). Boston: Allyn and Bacon.
- Bortoleto, S. (2004). Inventário quali-quantitativo da arborização viária da Estância de Águas de São Pedro-SP. *Doctoral dissertation, Universidade de São Paulo. Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz*.
- Caldeira, T. P. (2000). *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora 34.
- Caporusso, D., & Matias, L. F. (2008). Áreas verdes urbanas: avaliação e proposta conceitual. *v.1*.
- Carvalho, M. (1982). As áreas verdes de Piracicaba. *Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista*.
- Chaves, S. V., & Reis, W. G. (2008). Riscos, Perigo e Vulnerabilidade em Áreas Urbanas: Uma Discussão Conceitual. *IV Encontro Nacional da Anppas*. Brasília.

- Chen, W., & Jim, C. Y. (2008). Cost-benefit analysis of the leisure value of urban greening in the new chinese city of zhuhai. *Cities*, 25(5), 298-309. *Cities* , 298-309.
- Chiavenato, I. (2003). *Introdução à teoria geral da administração: uma visão abrangente da moderna administração das organizações* (7 ed.). Rio de Janeiro, Brasil: Elsevier.
- Chut, A., Macedo, M. C., & Chacon, L. F. (2011). *Programa Liberdade Verde. I Congresso de Áreas Verdes: Florestas Urbanas*. São Paulo.
- Cortese, T. T. (2013). Mudanças Climáticas na Cidade de São Paulo: avaliação da política pública municipal. *Tese de Doutorado* , 154. São Paulo, São Paulo, Brasil: Universidade de São Paulo .
- Cortese, T. T. (2013). Mudanças Climáticas na Cidade de São Paulo: avaliação da política pública municipal. *Tese de doutorado* . São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da USP.
- Creswell, J. W. (2007). *Qualitative Inquiry & Research Design* (2 ed.). SAGE Publications.
- Da Silva Leme, M. C. (2012). A Formação do pensamento urbanístico no Brasil 1895-1965. *Anais: Seminário de História da Cidade e do Urbanismo*, 5.
- De Angelis, B. L., Castro, R. d., & De Angelis Neto, G. (2004). Metodologia para levantamento, cadastramento, diagnóstico e avaliação de praças no Brasil. *Engenharia Civil* , v.4, pp. 57-70.
- Dewes, J. O. (2013). Amostragem em Bola de Neve e Respondent-Driven Sampling: uma descrição dos métodos. *Monografia* . Rio Grande do Sul: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Duarte, R. (2004). Entrevistas em pesquisas qualitativas. *Educar* (24), pp. 213-225.
- Emer, A. A., & Corona, H. M. (2013). Percepção Ambiental: uma ferramenta para discutir o ambiente urbano. *Revista Científica ANAP Brasil* , 6-7.
- Escobedo, F., Varela, S., Zhao, M., Wagner, J. E., & Zippererd, W. (2010). Analyzing the efficacy of subtropical urban forests in offsetting carbon emissions from cities. *Environmental Science & Policy* , 13 (5), 362–372.
- Falcón, A. (2007). *Espacios verdes para una ciudad sostenible: Planificación, proyecto, mantenimiento y gestión*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, S.L.
- Federal, S. (2004). Lei 10.257/01. *ESTATUTO DA CIDADE* . Brasilia.
- Feldman, S. (2005). *Planejamento e zoneamento: São Paulo, 1947-1972*. São Paulo: EdUSP.
- Filho, C. M. (2012). *Reinvente seu bairro: Caminhos para você participar do planejamento de sua cidade*. São Paulo: Editora 34.
- Flick, U. (1998). *An introduction to qualitative research*. SAGE.

- Flores-Xolocotzi, R. (2012). Incorporando desarrollo sustentable y gobernanza a la gestión y planificación de áreas verdes urbanas. (Spanish). *Frontera Norte* , 24, pp. 165-190.
- Gámez, V. (2005). Sobre sistemas, tipologías y estándares de áreas verdes en el planeamiento urbano. *Diseño Urbano y Paisaje* , 6 (1), 1-22.
- Georgi , J. N., & Dimitriou , D. (2010). The contribution of urban green spaces to the improvement of environment in cities: Case study of Chania, Greece. *Building and Environment* , 45 (6), 1401-1414.
- Gidlow, C. J., Ellis, N. J., & Bostock, S. (2012). Development of the Neighbourhood Green Space Tool (NGST). *Landscape and Urban Planning* , 106, 347–358.
- Gomes, M. A., & Soares, B. R. (2003). A vegetação nos centros urbanos: considerações sobre os espaços verdes em cidades médias brasileiras. *Estudos Geográficos* , 1, pp. 29-39.
- González-García, A., & Sal, A. G. (2008). Private urban greenspaces or "patios" as a key element in the urban ecology of tropical central america. *Hum Ecol* , 291-300.
- Harder, I. C., Ribeiro, R. d., & Tavares, A. R. (2006). Índices de área verde e cobertura Vegetal para as praças do município de Vinhedo, SP. *Revista Árvore* (30), 277-282.
- Heilig, G. K. (2012). *World Urbanization Prospects: The 2011 Revision*. New York: United Nations.
- IBGE, I. (2013). Síntese de Indicadores Sociais. IBGE.
- Jacobi, P. (1999). O município no século XXI: cenários e perspectivas. *Meio Ambiente e Sustentabilidade* , 175-176.
- Laredo, R., & Somekh, N. (2014). Gestão compartilhada na manutenção dos espaços públicos da cidade: Um olhar sobre a subprefeitura de Pinheiros em São Paulo. *Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades* , 1 (4).
- Lefevre, F., & Lefevre, A. C. (jul-dez de 2006). O sujeito coletivo que fala. *Comunicação, Saúde e Educação* , 10 (20), pp. 517-24.
- Lei 13.430/02. (14 de Setembro de 2002). *Plano Diretor Estratégico* . São Paulo: Diário Oficial do Município de São Paulo.
- Lei 14.223/06. (26 de setembro de 2006). *Termos de Cooperação* . São Paulo: Prefeitura Municipal.
- Lei 16.050/2014. (31 de 07 de 2014). *Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo* . São Paulo, Brasil.
- Lima Neto, E., Resende, W., Sena, M., & Souza, R. (2007). Análise das áreas verdes das praças do bairro centro e principais avenidas da cidade de Aracaju-SE. *Revista da Sociedade Brasileira da Arborização Urbana* , 17-33.

- Lindholst, A. C. (2008). Improving contract design and management for urban green-space maintenance through action research. *Urban Forestry & Urban Greening*, 7, 77–91.
- Lindholst, A. C. (2009). Contracting-out in urban green-space management: Instruments, approaches and arrangements. *Urban Forestry & Urban Greening*, 8, pp. 257–268.
- Liu, C., & Li, X. (2011). Carbon storage and sequestration by urban forests in Shenyang, China. *Urban Forestry & Urban Greening*, 11 (2), 121–128.
- Lombardo, M. A. (1985). *Ilha de calor nas metrópoles: o exemplo de São Paulo*. Hucitec com apoio de Lalekla SA Comércio e Indústria.
- Marques, J. D. (2010). Territórios da indústria revisitados: a trajetória da atividade industrial no Município de São Paulo. *Tese de doutorado*, 383. São Paulo, São Paulo, Brasil: FAU USP.
- Martins, G. d., & Theófilo, C. R. (2007). *Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas*. São Paulo: Atlas.
- Matos Jr, L. E. (2011). Aplicação Móvel de Geoposicionamento para o Sistema de Transporte Público. *Trabalho de Graduação - FATEC de São José dos Campos: Professor Jessen Vidal*, 85. São José dos Campos.
- Mayring, P. (2002). *Introdução à pesquisa social qualitativa: uma introdução para pensar qualitativamente*. (5 ed.). (Beltz, Ed.) Weinheim.
- McColl, L. (2002). Making spaces places: Creative activities can make idle public spaces engaging centres of civic life. *Alternatives Journal*, 28 (3), 21-22.
- Mello Filho, L. d. (1985). Arborização urbana. *Encontro Nacional sobre Arborização Urbana*, 1, pp. 45-49.
- Merzthal, G., Mecklenburg, F., & Gauthier, M. (2009). Trees Connecting People: In action together, Meeting proceedings. *Urban & Peri-urban Forestry Working Paper*, 1.
- Meyer, R. M., Grostein, M., & Biderman, C. (2004). *São Paulo Metrópole*. São Paulo: Edusp.
- Miller, R. W. (1988). Urban forestry: planning and managing urban greenspaces.
- Mishra, S. A., & Pandit, R. K. (2011). Sustainability and the relevance of urban green. *Global Journal Engineering and Applied Sciences*, 1 (4), 92-96.
- Miyawaki, A. (1998). Restoration of urban green environments based on the theories of vegetation ecology. *Ecological Engineering*, 11, 157–165.
- Morero, A. M., Santos, R., & Fidalgo, E. C. (2007). Planejamento Ambiental de Áreas Verdes: Estudo de Caso em Campinas-SP. *Instituto Florestal*, 19, 19-30.



- Oliveira, L. A., & Mascaró, J. J. (2007). Análise da qualidade de vida urbana sob a ótica dos espaços públicos de lazer. *Ambiente Construído*, 7 (2), 59-69.
- PMSP. (2014). *Prefeitura de São Paulo*. Acesso em 24 de Julho de 2014, disponível em <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/subprefeituras/mapa/index.php?p=14894>
- Priemus, H. (1999). Sustainable cities: How to realize an ecological breakthrough: A dutch approach. *International Planning Studies*, 4 (2), 213-236.
- Romani, G. d., Gimenes, R., Silva, M. T., Pivetta, K. F., & Batista, G. S. (2012). Análise quali-quantitativa da arborização na praça XV de novembro em Ribeirão Preto - SP, Brasil. *Revista Árvore*, 36 (3), 479-487.
- Santoro, P. F. (maio de 2014). Perímetro urbano flexível, urbanização sob demanda e incompleta: O papel do Estado frente ao desafio do planejamento da expansão urbana. *R.B. Estudos urbanos e regionais*, 16 (1), 169-187.
- Santos, M. (2005). *A urbanização Brasileira* (5ª ed.). São Paulo: Edusp.
- Saraiva, C. P. (2008). A periferia consolidada em São Paulo: categoria e realidade em construção. *Tese de mestrado*, 147. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional .
- Seeland, K., Dübendorfer, S., & Hansmann, R. (2009). Making friends in Zurich's urban forests and parks: The role of public green space for social inclusion of youths from different cultures. *Forest Policy and Economics* (11), 10-17.
- Sempra. (2004). *Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo*. São Paulo: SENAC.
- Shan, X.-Z. (2012). Attitude and willingness toward participation in decision-making of urban green spaces in China. *Urban Forestry & Urban Greening*, 11, 211-217.
- Silva, C. R., Gobbi, B. C., & Simão, A. A. (2011). O uso da análise de conteúdo como uma ferramenta para a pesquisa qualitativa: descrição e aplicação do método. *Organizações Rurais & Agroindustriais*, 6 (3).
- Silva, C., & Vargas, M. A. (2010). Sustentabilidade Urbana: Raízes, conceitos e representações. *Scientia Plena*, 6 (3).
- Silva, J. A. (2008). Direito Urbanístico Brasileiro. *São Paulo: Malheiros* (5), 476.
- Soares, M. T., & Hanashiro, D. M. (2002). O desenvolvimento de organizações de aprendizagem: a contribuição da gestão estratégica da qualidade. *Anais do Enanpad*. Salvador.
- Tan, P. Y., Wang, J., & Sia, A. (2013). Perspectives on five decades of the urban greening of Singapore. *Cities*, 24-32.

- Tuan, Y.-F. (2012). *Topofilia: um estudo de percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. Londrina: EDUEL.
- Vainer, C. B. (2013). Pátria, uma empresa e mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. *Anais: Encontros Nacionais da ANPUR*, 8.
- Van Leeuwen, E., Nijkamp, P., & Vaz, T. d. (2010). The multifunctional use of urban greenspace. *International Journal of agricultural sustainability*, 8 (1&2), 20-25.
- Vergara, S. C. (2012). *Métodos de coleta de dados no campo* (2ª ed.). São Paulo: Atlas.
- Yli-Pelkonen, V., & Kohl, J. (2005). The role of local ecological knowledge in sustainable urban planning: Perspectives from Finland. *Sustainability: Science, Practice, & Policy*, 1 (1).

## APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA: GESTORES DE PRAÇAS

- Qual é a definição adotada para “áreas verdes” no município de São Paulo, SP?
- E para “praças”? Quais os requisitos um espaço público deve ter para ser classificado como praça na cidade de São Paulo, SP?
- Um espaço público sem a presença de vegetação pode ser classificado como praça? Você poderia dar exemplos?
- Existe algum mapeamento de praças públicas em São Paulo?
- Quantas praças estão sob responsabilidade desta subprefeitura? Qual a área que elas ocupam (km<sup>2</sup>)? Qual a cobertura vegetal desta área (%)?
- Quais critérios definem a escolha de equipamentos e vegetação para uma praça em São Paulo?
- Em algum momento, há o envolvimento da população na gestão de praças públicas?
- Há casos de gestão participativa? Poderia descrevê-la?
- E em relação a praças adotadas (termos de cooperação), como funciona?
- Na sua visão, o que leva as pessoas a frequentarem as praças públicas?
- Qual o papel das subprefeituras e qual a função da Secretaria do Verde e Meio Ambiente na gestão das praças?
- Há alguma estratégia específica implementada pela prefeitura que auxilie a gestão de áreas verdes urbanas ou das praças?
- Existe algum projeto voltado para praças públicas? Poderia descrevê-lo?
- Quais as dificuldades e/ou desafios enfrentados na gestão de praças públicas?
- Fique a vontade para falar mais sobre esse assunto.

## APÊNDICE B - Universo de pesquisa: relação de Subprefeituras com abrangência por região no município de São Paulo. Fonte: PMSP 2014

Subprefeituras	Distritos	Zona	Área (km²)	População (1996)	População (2000)	População (2010)	Densidade Demográfica (Hab/km²)
Aricanduva	Aricanduva	LESTE	6,6	89.622	89.622	86.622	13.579
	Carão	LESTE	7,5	83.281	78.269	83.281	11.104
	Vila Formosa	LESTE	7,4	94.799	93.904	94.799	12.811
<b>TOTAL</b>	<b>LESTE</b>		<b>21,5</b>	<b>267.702</b>	<b>267.018</b>	<b>267.702</b>	<b>12.451</b>
Butantã	Butantã	OESTE	12,5	54.196	52.705	54.196	4.336
	Morumbi	OESTE	11,4	46.957	34.64	46.957	4.119
	Raposo Tavares	OESTE	12,6	100.164	91.141	100.164	7.950
	Rio Pequeno	OESTE	9,7	118.459	111.69	118.459	12.212
	Vila Sônia	OESTE	9,9	108.441	87.354	108.441	10.954
	<b>TOTAL</b>	<b>OESTE</b>		<b>56,1</b>	<b>428.217</b>	<b>377.53</b>	<b>428.217</b>
Campo Limpo	Campo Limpo	OESTE	12,8	211.361	191.239	211.361	16.513
	Capão Redondo	OESTE	13,8	288.729	240.353	288.729	19.759
	Vila Andrade	OESTE	10,3	127.015	73.293	127.015	12.332
<b>TOTAL</b>	<b>OESTE</b>		<b>36,7</b>	<b>607.105</b>	<b>504.885</b>	<b>607.105</b>	<b>16.542</b>
Capeta do Socorro	Cidade Dutra	SUL	29,3	196.360	191.203	196.360	6.702
	Gnajú	SUL	92	360.787	331.837	360.787	3.922
	Socorro	SUL	12,90	37.783	39.139	37.783	2.929
<b>TOTAL</b>	<b>SUL</b>		<b>134,2</b>	<b>594.930</b>	<b>562.179</b>	<b>594.930</b>	<b>4.433</b>
Casa Verde	Cachoeirinha	NORTE	13,3	143.523	147.458	143.523	10.791
	Casa Verde	NORTE	7,1	85.244	83.763	85.244	12.360
	Lindóia	NORTE	6,3	80.229	82.133	80.229	12.735
<b>TOTAL</b>	<b>NORTE</b>		<b>26,7</b>	<b>309.376</b>	<b>313.344</b>	<b>309.376</b>	<b>11.587</b>
Cidade Ademar	Cidade Ademar	SUL	12	266.681	243.297	266.681	22.223
	Pedreira	SUL	18,7	144.317	126.989	144.317	7.717
	<b>TOTAL</b>	<b>SUL</b>		<b>30,7</b>	<b>410.998</b>	<b>370.286</b>	<b>410.998</b>
Cidade Tiradentes	Cidade Tiradentes	LESTE	15	211.501	189,5	211.501	14.100
	Ermelino Matarazzo	LESTE	8,7	113.615	104.748	113.615	13.059
	Parque Rasa	LESTE	6,4	93.894	98.172	93.894	14.671
<b>TOTAL</b>	<b>LESTE</b>		<b>15,1</b>	<b>297.599</b>	<b>294,52</b>	<b>297.599</b>	<b>13.742</b>
Freguesia do Ó	Brasilândia	NORTE	21	264.918	246.906	264.918	12.615
	Freguesia do Ó	NORTE	10,5	142.327	145.018	142.327	13.555
	<b>TOTAL</b>	<b>NORTE</b>		<b>31,5</b>	<b>407.245</b>	<b>391.924</b>	<b>407.245</b>
Guaiúnases	Guaiúnases	LESTE	9,2	103.996	157.316	103.996	12.093
	Guaiúnases	LESTE	8,6	184.512	98.391	184.512	17.882
	<b>TOTAL</b>	<b>LESTE</b>		<b>17,8</b>	<b>288.508</b>	<b>255.707</b>	<b>288.508</b>
Ipiranga	Curumim	SUL	12,8	109.088	102.182	109.088	8.523
	Ipiranga	SUL	10,5	106.885	98.806	106.885	10.178
	Sacomã	SUL	14,2	247.851	228.159	247.851	17.454
<b>TOTAL</b>	<b>SUL</b>		<b>37,5</b>	<b>463.804</b>	<b>429.247</b>	<b>463.804</b>	<b>12.368</b>
Itaim Paulista	Itaim Paulista	LESTE	12	224.074	212.253	224.074	18.673
	Vila Curupá	LESTE	9,7	149.053	146.289	149.053	15.366
	<b>TOTAL</b>	<b>LESTE</b>		<b>21,7</b>	<b>373.127</b>	<b>358.542</b>	<b>373.127</b>
Itaquera	Cidade Líder	NORTE	10,2	126.597	116.686	126.597	12.411
	Itaquera	LESTE	14,6	204.871	201.291	204.871	14.032
	José Bonifácio	LESTE	14,1	124.122	107.069	124.122	8.803
	Parque do Carmo	LESTE	15,4	68.258	63.985	68.258	4.432
	<b>TOTAL</b>	<b>LESTE</b>		<b>54,3</b>	<b>523.848</b>	<b>489.011</b>	<b>523.848</b>
Jabaquara	Jabaquara	SUL	14,1	227.780	214.137	227.780	15.871
	Jacupira	NORTE	7,8	94.609	91.779	94.609	12.129
	Jacupira	NORTE	56,3	107.858	103.428	107.858	1.924
<b>TOTAL</b>	<b>NORTE</b>		<b>64,1</b>	<b>291.867</b>	<b>295.207</b>	<b>291.867</b>	<b>4.553</b>
Lapa	Barra Funda	OESTE	5,6	14.387	12.992	14.383	2.568
	Jaguara	OESTE	4,6	24.895	25.753	24.895	5.412
	Jaguara	OESTE	6,6	49.863	42.503	49.863	7.555
	Lapa	OESTE	10	65.739	60.281	65.739	6.574
	Piedade	OESTE	6,10	111.161	102.521	111.161	18.223
	Vila Leopoldina	OESTE	7,2	29.871	29.871	29.871	4.041
<b>TOTAL</b>	<b>OESTE</b>		<b>40,1</b>	<b>305.526</b>	<b>270.924</b>	<b>305.526</b>	<b>7.619</b>
MBoi Mirim	Jardim Ângela	SUL	37,4	295.434	245.125	295.434	7.899
	Jardim São Luis	SUL	24,7	267.871	238.858	267.871	10.845
	<b>TOTAL</b>	<b>SUL</b>		<b>62,1</b>	<b>563.305</b>	<b>483.983</b>	<b>563.305</b>
Mooca	Água Rasa	LESTE	6,9	84.963	85.992	84.963	12.313
	Belém	LESTE	6	45.057	39.712	45.057	7.510
	Brás	LESTE	3,5	29.265	25.223	29.265	8.361
	Mooca	LESTE	7,7	83.784	63.361	79.724	8.934
	Pari	LESTE	2,9	17.299	14.877	17.299	5.965
	Tatuapé	LESTE	8,2	91.672	79.418	91.672	11.180
<b>TOTAL</b>	<b>LESTE</b>		<b>35,2</b>	<b>343.980</b>	<b>308.596</b>	<b>343.980</b>	<b>9.772</b>
Parelheiros	Marsilac	SUL	200	8.258	8,38	8.258	41
	Parelheiros	SUL	153,5	131.183	102.274	131.183	855
	<b>TOTAL</b>	<b>SUL</b>		<b>353,5</b>	<b>139.441</b>	<b>110.654</b>	<b>139.441</b>
Penha	Penha	LESTE	6,8	105.959	111.294	105.959	15.560
	Cangaba	LESTE	16	136.623	137.243	136.623	8.539
	Penha	LESTE	11,3	127.820	124.392	127.820	11.312
<b>TOTAL</b>	<b>LESTE</b>		<b>42,8</b>	<b>474.659</b>	<b>475.936</b>	<b>474.659</b>	<b>11.090</b>
Perus	Anhanguera	OESTE	33,3	65.859	38.037	65.859	1.978
	Perus	OESTE	23,9	80.187	70.428	80.187	3.305
	<b>TOTAL</b>	<b>OESTE</b>		<b>57,2</b>	<b>146.046</b>	<b>108.465</b>	<b>146.046</b>
Pinheiros	Alto do Pinheiros	OESTE	7,7	43.117	44.513	43.117	5.600
	Itaim Bibi	OESTE	9,9	92.570	81,68	92.570	9.351
	Jardim Paulista	OESTE	6,1	88.692	83.844	88.692	14.540
<b>TOTAL</b>	<b>OESTE</b>		<b>8</b>	<b>65.364</b>	<b>63.138</b>	<b>65.364</b>	<b>8.171</b>
Pirituba	Jaraguá	OESTE	27,6	184.818	145.327	184.818	6.696
	Pirituba	OESTE	17,1	167.931	163.736	167.931	9.621
	São Domingos	OESTE	10	83.843	63.761	84.843	8.474
<b>TOTAL</b>	<b>OESTE</b>		<b>54,7</b>	<b>437.592</b>	<b>369.767</b>	<b>437.592</b>	<b>8.000</b>
Santana	Mandaqui	NORTE	13,1	107.580	103,4	107.580	8.212
	Santana	NORTE	12,6	118.797	124.789	118.797	9.428
	Tuonuvi	NORTE	9	98.438	99,495	98.438	10.938
<b>TOTAL</b>	<b>NORTE</b>		<b>34,7</b>	<b>324.815</b>	<b>327.424</b>	<b>324.815</b>	<b>9.361</b>
Santo Amaro	Campo Belo	SUL	8,8	65.752	66,756	65.752	7.472
	Campo Grande	SUL	13,1	100.713	91,288	100.713	7.688
	Santo Amaro	SUL	15,6	71.560	60,673	71.560	4.587
<b>TOTAL</b>	<b>SUL</b>		<b>37,5</b>	<b>238.025</b>	<b>218.727</b>	<b>238.025</b>	<b>6.347</b>
São Mateus	Iguatemi	LESTE	19,6	127.662	101,303	127.662	6.513
	São Rafael	LESTE	13	143.992	124,731	155,140	11.934
	São Mateus	LESTE	13,2	155.140	154,839	143.992	10.908
<b>TOTAL</b>	<b>LESTE</b>		<b>45,8</b>	<b>426.794</b>	<b>380,873</b>	<b>426.794</b>	<b>9.319</b>
São Miguel	São Miguel	LESTE	9,1	135.043	97,441	135,043	14.840
	Jardim Helena	LESTE	7,5	92.081	138,924	92,081	12.277
	Vila Jacuí	LESTE	7,7	142.372	141,544	142,372	18.490
<b>TOTAL</b>	<b>LESTE</b>		<b>24,3</b>	<b>369.496</b>	<b>377,909</b>	<b>369.496</b>	<b>15.206</b>
Sapopemba	Sapopemba	LESTE	13,5	284.524	282,054	284,524	21.076
	Bela Vista	CENTRO	2,6	69.460	63,276	69,460	26.715
	Bom Retiro	CENTRO	4	33.892	26,678	33,892	8.473
Sé	Cambuci	CENTRO	3,9	36.948	28,79	36,948	9.474
	Consolação	CENTRO	3,7	62.865	54,632	62,865	15.504
	Liberdade	CENTRO	3,7	69.092	62,006	69,092	18.674
	República	CENTRO	2,3	52.136	47,81	56,981	24.774
	Santa Cecília	CENTRO	3,9	83.717	71,314	83,717	21.466
	Sé	CENTRO	2,1	23.651	20,174	23,651	11.262
	<b>TOTAL</b>	<b>CENTRO</b>		<b>26,2</b>	<b>431.106</b>	<b>374,68</b>	<b>431.106</b>
Vila Maria/Via Guilherme	Via Guilherme	NORTE	6,9	54.331	50,09	54,331	7.874
	Vila Maria	NORTE	11,8	113.463	113,344	113,463	9.616
	Vila Medeiros	NORTE	7,7	129.919	140,725	129,919	16.873
<b>TOTAL</b>	<b>NORTE</b>		<b>26,4</b>	<b>297.713</b>	<b>304,759</b>	<b>297,713</b>	<b>11,277</b>
Vila Mariana	Moema	SUL	9	83.368	71,342	83,368	9.263
	Saúde	SUL	8,9	130.780	118,175	130,780	14.694
	Vila Mariana	SUL	8,6	130.484	123,788	130,484	15.173
<b>TOTAL</b>	<b>SUL</b>		<b>26,5</b>	<b>344.632</b>	<b>313,305</b>	<b>344,632</b>	<b>13.005</b>
Vila Prudente	São Lucas	LESTE	9,9	142.347	139,469	142,347	14.378
	Vila Prudente	LESTE	9,9	104.242	102,227	104,242	10.529
	<b>TOTAL</b>	<b>LESTE</b>		<b>19,80</b>	<b>246.589</b>	<b>241,697</b>	<b>246,589</b>

**APÊNDICE C – MODELO DOS TERMOS DE CONSENTIMENTO CEDIDOS PELOS ENTREVISTADOS (GESTORES DE PRAÇAS)**

**Termo de Consentimento Livre e Esclarecimento para Participação em Pesquisa**

Nome do Voluntário: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Telefone para contato: \_\_\_\_\_ Cidade: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_

A presente pesquisa é intitulada “**PRAÇAS PÚBLICAS: ASPECTOS DA GESTÃO NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, SP**”. Esta pesquisa tem como objetivo conhecer as práticas de gestão em relação aos espaços urbanos conhecidos como praças, bem como a distribuição e geolocalização das mesmas no município. Sua participação nesta pesquisa será por meio de conversa (entrevista) com a pesquisadora, onde seus conhecimentos nos ajudarão a entender a visão dos gestores.

Não existem benefícios, desconfortos, despesas ou riscos por sua participação nesta pesquisa. Sua participação é voluntária e a qualquer momento o(a) senhor(a) poderá desistir de participar do estudo. O voluntário tem garantia que receberá respostas a qualquer pergunta ou esclarecimento de qualquer dúvida a assuntos relacionados a presente pesquisa.

Garantimos que suas informações serão utilizadas sem identificar quem as forneceu. Para isso, em vez do seu nome, serão utilizados códigos como letras ou números em nossos trabalhos escritos ou apresentações orais quando falarmos de sua opinião e dos demais participantes dessa pesquisa.

Você ficará com uma cópia deste documento onde consta o telefone do pesquisador principal, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora e a qualquer momento.

As entrevistas serão transcritas e analisadas na Universidade Nove de Julho – UNINOVE.

**Fotografias e gravações das entrevistas serão realizadas somente se você autorizar. Por favor assinale se concorda ou não:** [  ]SIM [  ]NÃO Comentário:

Este termo foi elaborado de acordo com as diretrizes e normas regulamentadas de pesquisa envolvendo seres humanos atendendo à Resolução n. 196, de 10 de outubro de 1996, do Conselho Nacional de Saúde, Brasília, DF.

Endereço do Comitê de Ética em Pesquisa da Uninove: Rua. Vergueiro nº 235/249 – Liberdade – SP, CEP. 01504-001 -1º andar Telefone: (11) 3385-9197

Pesquisadora: Juliana Furlaneto Benchimol | Tel (11) 98259-0971

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ana Paula do Nascimento Lamano Ferreira

**Consentimento Pós-Informação**

Eu, \_\_\_\_\_, após leitura e compreensão deste termo de informação e consentimento, entendo que minha participação é voluntária. Confirmando que recebi cópia deste termo de consentimento, e autorizo a execução do trabalho de pesquisa (entrevista) e a divulgação dos dados obtidos neste estudo no meio científico.

São Paulo \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / 2014

Nome \_\_\_\_\_ (por \_\_\_\_\_ extenso): \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

1ª via: Instituição / 2ª via: Voluntário